



Marcio Pochmann

Estado brasileiro é ativo e criativo

Luiz Werneck Vianna

“A sociedade brasileira, hoje, é grão-burguesa”

Francisco de Oliveira

Classe trabalhadora perde força com a
centralização de capitais

E mais:

>> **Ney Brasil Pereira:**
O Messias de Händel: um
oratório cristológico

>> **André Weyermüller:**
Direito ambiental e aquecimento
global

A reestruturação do capitalismo brasileiro



Está em curso uma clara e evidente reestruturação ou reorganização do capitalismo brasileiro. Compreender melhor a sua dinâmica, suas perspectivas, desafios, potencialidades e limites é o que a revista **IHU On-Line** discute nesta semana.

Contribuem, neste debate, diversos especialistas, com diferentes análises, como **Carlos Lessa**, economista, professor e ex-reitor da UFRJ e ex-presidente do BNDES, **Luiz Werneck Vianna**, sociólogo e professor pesquisador do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, **Francisco de Oliveira**, sociólogo, professor aposentado do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo - USP, **Ladislau Dowbor**, economista e professor da PUC-SP, **Marcio Pochmann**, presidente do IPEA, **Waldir Quadros**, economista, professor na Unicamp, **Luís Nassif**, jornalista, e **Bernardo Kucinski**, professor aposentado da USP.

Prosseguem os eventos que constituem a programação Páscoa IHU - 2010. Nesta semana realizar-se-á o curso *Eucaristia e Vida*, por um dos maiores especialistas católicos em liturgia da atualidade, o Prof. Dr. **Cesare Giraudo**, professor na Pontifícia Universidade Gregoriana e no Pontifício Instituto Oriental, de Roma. Continua, igualmente, a exibição e debate do “Decálogo” de Krzysztof Kieślowski,

que é comentado, brevemente, nesta edição, pelo cineasta **Carlos Gerbase**. Ainda nesta semana, além da audição comentada da Cantata *Weinen, Klagen, Sorgen, Zagen, BWV12*, de Johann Sebastian Bach, na próxima manhã de sexta-feira, a Profa. Dra. **Yara Caznok** comentará a audição do Oratório *Der Messiah* de Georg Friedrich Händel. Nesta edição pode ser lido o belo e pertinente comentário do Prof. Dr. **Ney Brasil Pereira**, padre e músico, desta obra clássica.

A todas e todos uma ótima leitura e uma excelente semana!

Leia nesta edição

PÁGINA 02 | Editorial

A. Tema de capa

» Entrevistas

PÁGINA 05 | Carlos Lessa: Estado atrofiado e capital globalizado

PÁGINA 10 | Luiz Werneck Vianna: “A sociedade brasileira, hoje, é grão-burguesa”

PÁGINA 12 | Francisco de Oliveira: Classe trabalhadora perde força com a centralização de capitais

PÁGINA 15 | Marcio Pochmann: Estado brasileiro é ativo e criativo

PÁGINA 19 | Ladislau Dowbor: De um capitalismo selvagem para um capitalismo decente: a evolução brasileira

PÁGINA 24 | Luis Nassif: Terceira etapa de desenvolvimento. Eis o desafio brasileiro

PÁGINA 29 | Bernardo Kucinski: Um capital sem pátria e sem marca

PÁGINA 33 | Waldir Quadros: Grupos nacionais com projeção internacional: o avanço econômico

B. Destaques da semana

» Livro da Semana

PÁGINA 37 | André Rafael Weyermüller: O aquecimento global na mira do Direito Ambiental

» Coluna do Cepos

PÁGINA 40 | João Miguel: Mídia e política: as lições das eleições gerais moçambicanas de 2009

» Destaques On-Line

PÁGINA 42 | Destaques On-Line

C. IHU em Revista

» Sala de Leitura

» Agenda de Eventos

PÁGINA 47 | Ney Brasil Pereira: O Messias de Händel: um oratório cristológico

PÁGINA 49 | Carlos Gerbase: Um cinema humanista de primeira qualidade

» IHU Repórter

PÁGINA 50 | Artur Jacobus



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

A.

Tema de Capa

Estado atrofiado e capital globalizado

Na avaliação do economista e ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Carlos Lessa, os protagonistas econômicos nacionais estão diminuindo porque as grandes empresas “vão para o mundo e as pequenas e médias estão ameaçadas por uma economia que não cresce”

POR PATRICIA FACHIN

Na opinião do economista Carlos Lessa, as mudanças mais relevantes quando se analisa o capitalismo brasileiro estão diretamente relacionadas a “uma atrofia significativa do Estado e a uma redução do setor privado nacional”, uma vez que “importantes segmentos privados nacionais passaram ao controle estrangeiro”. Na entrevista que concedeu, com exclusividade, por telefone, à IHU On-Line, ele argumenta que o “Estado brasileiro perdeu muitas das suas funções e instrumentos porque o neoliberalismo multiplicou as agências reguladoras, que, na verdade, colocam fora da decisão política pública importantes segmentos da atividade econômica”.

Lessa analisa ainda os incentivos do BNDES na criação de gigantes nacionais e se demonstra favorável aos financiamentos que propiciaram fusões entre empresas brasileiras, como aconteceu recentemente com a Sadia/Perdigão e Aracruz Celulose/Votorantim. Ele frisa que caso o banco não apoiasse tais projetos, empresas nacionais seriam abocanhadas pelo capital estrangeiro, o que é muito mais preocupante. Por outro lado, ressalta, “isso faz com que essas entidades colossais não tenham mais as suas raízes no seu país de origem (...), elas não operam mais tendo como referência um país chamado Brasil, mas sim a sua dimensão como empresa a nível mundial. Isso não reforça em nada o desenvolvimento brasileiro, mas também não é contra”, pondera. As posições parecem contraditórias, mas o economista argumenta que “é difícil avaliar uma organização como o BNDES num país que não tem plano de desenvolvimento e nem tem política econômica maior”. E pergunta: “O BNDES por definição é um banco de curto prazo. Mas quem diz ao BNDES qual é o longo prazo para o Brasil? Esse é o problema”.

Carlos Lessa é formado em Ciências Econômicas pela antiga Universidade do Brasil e doutor em Ciências Humanas pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas (Unicamp). Em 2002, foi reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e, em 2003, assumiu a presidência do BNDES. Confira a entrevista.

IHU On-Line - O capitalismo brasileiro passa por uma reorganização?

Carlos Lessa - Objetivamente, está passando por uma reorganização. No passado, foi quase que tradicional, entre os economistas que estavam descrevendo a organização do capitalismo no Brasil, dizer que o país tinha algumas características singulares. A primeira delas era não dispor de um mercado de trabalho que incorporasse a totalidade da população, ou seja, um pedaço imenso da força de trabalho ti-

na que subsistir fora de uma articulação com sistema formal de trabalho, era o chamado emprego informal. Isso ainda continua; não mudou.

Falava-se também da existência de um tripé no capitalismo brasileiro, no qual uma das partes era formada pelas empresas nacionais, sob controle de capitais nacionais; a outra era formada por filiais estrangeiras; e a terceira, por empresas estatais. Nos últimos anos, debilitou-se profundamente a parte estatal. Não apenas uma quan-

tidade muito expressiva de empresas estatais, federais e estaduais foram privatizadas, como, além disso, aquelas que continuaram sob o controle do Estado foram despojadas de muitas das suas dimensões. O exemplo mais importante é o da Petrobras, que era uma empresa integrada em todos os segmentos e que foi despojada da petroquímica, perdendo, assim, todos os subsetores fertilizantes, o monopólio das importações e, por conseguinte, ficou muito mutilada na sua composi-

ção. Além disso, um percentual muito grande do capital da empresa foi vendido na Bolsa de Nova York. É bem verdade que essas são ações preferenciais, mas, hoje, a diretoria da Petrobras tem de prestar muita atenção no que acontece na bolsa internacional, o que no passado não tinha a menor importância.

Trabalho e reorganização do capitalismo

Voltando à sua pergunta inicial, diria que no que diz respeito ao trabalho não houve modificações muito relevantes no capitalismo brasileiro. O que houve, sim, de relevante, foi uma atrofia significativa do Estado e uma redução também do setor privado nacional. Importantes segmentos privados nacionais passaram ao controle estrangeiro. Um fato torna isso visível: há 25 anos, toda a rede de comercialização por supermercado era nacional. Hoje, sobra apenas uma grande rede, mas que está dividida com uma rede francesa. Isso cria uma situação complicada. A soberania objetiva nacional foi muito atrofiada, e o Estado brasileiro perdeu muitas das suas funções e instrumentos porque o neoliberalismo multiplicou essas agências reguladoras, que na verdade colocam fora da decisão política pública importantes segmentos da atividade econômica.

IHU On-Line - O Estado está incentivando a criação de potências nacionais na área da petroquímica, alimentação, telefonia entre outros setores. Isso representa algum sinal para recuperar a soberania econômica nacional?

Carlos Lessa - Infelizmente, penso que não recuperam a soberania. Essas grandes empresas nacionais, que são o sobrevivente do capital privado nacional - Grupo Gerdau, Grupo Perdigão/Sadia, alguns grandes frigoríficos, algumas empresas expressivas do setor de metalurgia, papel e celulose etc -, são organizações que estão cada vez mais adaptando sua dinâmica a uma dimensão global mundial. O Grupo Gerdau, por exemplo, tem hoje operações em muitos países da América do Sul, nos

“Desenvolvimento se obtém quando se consegue combinar duas dimensões: a ampliação do mercado interno, principalmente por elevação do poder de compra das famílias, melhoria do padrão de vida da população; e quando as empresas públicas, privadas, nacionais e estrangeiras investem, ampliando a capacidade produtiva”

EUA. A Petrobras chegou a comprar uma refinaria no Japão. A Vale do Rio Doce espalhou-se pelo mundo inteiro, inclusive comprou empresas de níquel no Canadá, está explorando carvão metalúrgico na Mongólia etc. Essas instituições não operam mais tendo como referência um país chamado Brasil, mas sim a sua dimensão como empresa a nível mundial. Isso não reforça em nada o desenvolvimento brasileiro, mas também não é contra.

Desenvolvimento

Desenvolvimento se obtém quando se consegue combinar duas dimensões: a ampliação do mercado interno, principalmente por elevação do poder de compra das famílias, melhoria do padrão de vida da população; e quando as empresas públicas, privadas, nacionais e estrangeiras investem, ampliando a capacidade produtiva. É isso que empurra o país para frente. Só que, no Brasil, isso está mutilado porque a ca-

pacidade pública de investir está próxima a zero. O PAC é uma tentativa de restabelecer os investimentos de longo prazo, mas até agora os resultados foram certamente positivos, porém muito pouco significativos em relação ao que o país necessita.

IHU On-Line - A criação de potências nacionais é uma característica da política econômica atual ou é uma tendência mundial? Qual é a lógica desse comportamento?

Carlos Lessa - Parece ser uma tendência mundial porque, na competição entre gigantes, quem não se expandir no mundo vai ser atrofiado. Essa é a lógica desse padrão de comportamento. Só que isso faz com que essas entidades colossais não tenham mais as suas raízes no seu país de origem. Vou dar um exemplo: Tanto a Brahma quanto a Antarctica surgiram no Brasil no tempo de Pedro II, junto com dezenas de outras fábricas de cerveja. Essas duas cresceram, nos anos 30, foram poderosamente apoiadas pelo Banco do Brasil, que tinha, na ocasião, uma carteira chamada CREAL (Carteira de Crédito Agrícola Industrial), que foi o embrião de banco de desenvolvimento do Brasil. Quando começou a industrialização e a urbanização, essas empresas cresceram e engoliram seus adversários. Houve uma tentativa de o capital estrangeiro entrar no setor, mas não conseguiu. Há 20 anos, existiam duas grandes cervejarias no país. Mais tarde, elas se fundiram e surgiu um gigante no setor de bebidas (Am-Bev), o qual recebeu apoio do Estado para comprar a cervejaria Argentina. Isso significou um grupo brasileiro se movendo a nível mundial. Só que chegou um dado momento em que os donos da AmBev a fundiram com um grupo belga e ficaram minoritários no negócio. Veja que engraçado, de Pedro II à Bélgica. A trajetória certamente foi maravilhosa para os donos da empresa que se fundiram com o grupo internacional. Certamente estão milionários e vivem no exterior. No final das contas, isso tem pouco a ver com o Brasil.

A Gerdau, por outro lado, tem comprado o controle de empresas no ex-

terior e não tem diminuído o peso no grupo. O que eu não sei é onde está o controle da Gerdau. Muitos dizem que a holding das empresas Gerdau está na Holanda.

IHU On-Line - O senhor está dizendo que o incentivo do Estado à criação de gigantes é equivocado?

Carlos Lessa - O Estado não deveria fazer nenhuma linha de apoio para isso, porque o grande apoio que ele tem é dispor do mercado brasileiro sob suas rédeas. Esses grupos tiveram um enorme apoio do Estado brasileiro para crescerem. Eu era presidente do BNDES quando a AmBev decidiu se fundir com os belgas. Fiquei muito zangado e fui verificar quantas operações o banco havia feito com o Grupo AmBev desde que ele foi fundado: dual mil operações com crédito favorecido. E a empresa sequer nos comunicou que iria fundir com os belgas. Imediatamente parei a linha de financiamento, mas, quando fui demitido, restabeleceram essas políticas de incentivo.

Um país que fez a Petrobras e construiu Brasília pode fazer coisas muito mais espantosas. O problema é que a alma brasileira está pequena. Nós podemos pensar grande porque somos grandes e temos um passado de grandes coisas feitas. A única coisa que nunca fizemos nesse país foi justiça social.

IHU On-Line - Diante de tantas fusões, é possível saber se ainda há bastante capital nacional no Brasil?

Carlos Lessa - Existe muito, inclusive um pedaço muito grande do capital dito estrangeiro pertence a nacionais. Uma parte enorme do investimento do exterior é dinheiro de brasileiros que vivem no exterior e que preferem entrar no Brasil como capital estrangeiro, porque tem maiores vantagens, inclusive fiscais. Os Argentinos avaliaram em 90 bilhões de dólares o capital argentino que estava no exterior. O Brasil deve ter um valor parecido com o da Argentina, ou muito mais. Mas se for 90 bilhões, isso já é uma porcentagem colossal do dinheiro que está por trás das operações de financiamento de dívida pública,

que está em aplicação na bolsa de valores. O Brasil tem muito capital e multinacionais que vivem em Miami. Acho muito engraçado o número de brasileiros que têm apartamento em Miami. É algo assustador. Mas é mais fácil ter conta no Caribe do que apartamento no exterior.

IHU On-Line - Quais os pontos positivos e negativos da iniciativa do BNDES de apoiar e financiar a criação de grandes grupos econômicos, mistos ou privados?

Carlos Lessa - Alguns pontos são positivos e imediatamente visíveis. Por exemplo, quando a Aracruz Celulose, por causa de erro de especulação e má gestão, ficou ameaçada de quebrar, o

**“Deveria existir uma
ação com cláusula ouro,
que não permitisse
passar o controle da
empresa para o exterior
sem o BNDES ser ouvido.
Isso é o mínimo que
se espera”**

BNDES apoiou pesadamente o Grupo Votorantim na compra do controle da Aracruz. Certíssimo, porque se não fosse o Grupo Ermírio de Moraes, a Aracruz ia cair na mão da finlandesa Stora Enso, que, com isso, seria a maior empresa de celulose do mundo. Então, ao invés disso, o BNDES deu apoio ao Grupo Ermírio de Moraes, que comprou o controle da Aracruz e fundiu com suas empresas de papel, dando origem a Fibria, que é, provavelmente, a maior papelreira do mundo. Acredito que o BNDES acertou integralmente nesse caso. Uma coisa parecida aconteceu quando a Sadia estava ameaçando falir. Ou a Perdigão absorvia, ou ia para a mão do capital estrangeiro. É péssimo passar o controle de uma empresa

como a Sadia para um grupo estrangeiro. Então, o BNDES apostou tudo para que a Perdigão assumisse a Sadia. Não tinha nenhuma outra empresa com capacidade de fazer uma operação desse tipo. Agora, o BNDES devia fazer cláusulas muito duras para evitar que esses gigantes passem para a mão do capital estrangeiro. Deveria existir uma ação com cláusula ouro, que não permitisse passar o controle da empresa para o exterior sem o BNDES ser ouvido. Isso é o mínimo que se espera. O que o BNDES fez para salvar enormes empresas nacionais e fazê-las gigantes não é errado, porque, tecnicamente, um país precisa ter esses gigantes. E quanto ao BNDES dizer que vai apoiar a Petrobras no pré-sal, está corretíssimo, para que não haja o argumento de que a Petrobras terá de abrir mão de suas potencialidades para obter financiamento.

IHU On-Line - Mas isso garante às empresas a oportunidade de especularem sem medo no mercado financeiro, pois serão apoiadas pelo Estado? Não lhe parece uma contradição? A crise de 2008 nos mostrou algo nesse sentido?

Carlos Lessa - No caso da Sadia e da Aracruz, elas especularam de forma errada. O problema é ruim. As empresas não poderiam especular da maneira como fazem, mas o Brasil virou um cassino. Nessa crise, esses foram dois perdedores colossais, fora outros frigoríficos, e uma porção de empresas que ficaram doentes.

IHU On-Line - O BNDES tem algum projeto de desenvolvimento para o país?

Carlos Lessa - É difícil avaliar uma organização como o BNDES num país que não tem plano de desenvolvimento e nem tem política econômica maior. Um país que vive apenas a partir do que o Banco Central decide em torno de juros e dólar, e que os donos do pedaço privado do Brasil são, na verdade, os bancos e o mercado de capitais, é um país que navega a curto prazo. O BNDES por definição é um banco de curto prazo. Mas quem diz ao BNDES qual é o longo prazo para o Brasil? Esse é o problema.

Em alguns aspectos, o banco está “comendo mosca”. O BNDES não deveria estar financiando de maneira tão espetacular a exportação de automóveis porque essas empresas que estão sendo apoiadas pelo banco exportariam de qualquer jeito. Poderiam pegar dinheiro no exterior. Na verdade, eu não tenho muita certeza se eles não estão fazendo uma brincadeira perversa: O BNDES empresta, mas os lucros deles são reciclados para dentro do país, aplicando em operações financeiras dentro do Brasil. Suspeito que muitos fazem isso, o que não é bom.

Projetos travados

Quando eu era presidente do BNDES, queria investir em 17 usinas hidroelétricas que já haviam sido examinadas. Já sabíamos que iria faltar energia hidroelétrica no Brasil. Não conseguia financiar porque não tinha licença do meio ambiente. Saí do BNDES e muitas delas ainda não foram aprovadas. Algumas que estavam lá no meu tempo foram aprovadas, mas duvido muito que sejam melhores para o Brasil. Essas grandes hidroelétricas que o Brasil está fazendo como Belo Monte e as duas imensas do Rio Madeira são a fio d'água, ou seja, reservatório de água pequeno. Então, se São Pedro estiver bem, gera energia. Se ele estiver de mau humor, se chover pouco, não gera a energia necessária. Então, o que fazem? Complementam com termoeletricidade, que é a usina mais cara que existe, poluente e que consome o material não-renovável. Aliás, está se fazendo uma coisa terrível com essas grandes usinas da região Amazônica, porque não estão instalando eclusas. Ainda hoje, a usina de Tucuruí não tem eclusas. Os projetos de Belo Monte e Rio Madeira foram aprovados sem eclusa. Com ela se converte o sistema gerador de energia elétrica também numa via navegável. Tudo que o Brasil precisa é ampliar a navegação, ou seja, transporte sob modalidade aquática, que é muito mais barato do que a ferroviária ou rodoviária. Não entendo como o governo aprovou a construção dessas obras sem eclusa. Sei que tem uma objeção brutal dos ambientalistas.

Eles ficam preocupados com o que vai acontecer com 3 mil índios e lavam as mãos com o que acontece com todos os nordestinos, que estão ameaçados de não ter mais energia elétrica. Depois, vão fazer duas usinas atômicas na margem do Rio São Francisco para suprir de energia o nordeste, porque Belo Monte está sendo vetada pelos ambientalistas. É algo que não dá para entender. Penso que isso é antinacional ou é uma estupidez de proporções monumentais.

“Essa história do Plano Ômega é terrível, sintomaticamente, isso aparece num cenário em que está se aproximando a sucessão presidencial. Estou absolutamente convencido de que isso vai ser colocado nas discussões dos dois candidatos principais”

IHU On-Line - Como o senhor analisa a proposta do possível Projeto Ômega, que visa transformar o Brasil no centro financeiro da América Latina? Como esse projeto se insere na reorganização do capitalismo?

Carlos Lessa - Não só penso que é precipitada como penso que é, no sentido mais profundo, antinacional, porque a soberania do Estado brasileiro já está muito enfraquecida com as regras que o Brasil adotou e com a política de juros e de taxa de câmbio. Os agentes financeiros privados do país estão fortíssimos, porém ainda existem grandes agentes financeiros públicos: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES. Então,

ainda existe um setor poderoso no Brasil. Agora, um projeto como esse cria para o setor financeiro privado nacional um paraíso. Cria-se um espaço institucional onde se pode fazer de tudo: ter contas bancárias em todas as moedas do mundo, comprar e vender qualquer papel financeiro do mundo, fazer operações derivativas. Dizem que o projeto visa apoiar a América do Sul. Isso é uma bobagem. Só apoiaria se o Brasil estivesse disposto a financiar os países da América do Sul, mas o país não tem condições para isso e sequer está crescendo.

Plano Ômega e sucessão presidencial

Então, essa história do Plano Ômega é terrível, sintomaticamente, isso aparece num cenário em que está se aproximando a sucessão presidencial. Estou absolutamente convencido de que isso vai ser colocado nas discussões dos dois candidatos principais, e o candidato que apoiar o projeto terá o apoio do sistema bancário. Isso é coordenado pelo ex-presidente do Banco Central, Armínio Fraga, e, por trás dos panos, penso que o Dr. Meirelles¹ gosta da ideia. Não posso afirmar, mas se conheço bem a cabeça dele, não tem nada contra porque ele gosta mesmo é de ver os bancos privados crescendo e o Brasil parado. Agora mesmo ele está querendo parar o Brasil e novamente os bancos continuarão crescendo porque os juros reais voltarão a subir. Esse é um jogo ligado à sucessão presidencial.

IHU On-Line - De fato, os relatórios mostram que os bancos tiveram lucro recorde no último ano.

Carlos Lessa - O Brasil está em crise, a indústria teve dois trimestres de perda, a agropecuária está com dificuldades grandes, e os bancos aumentaram os lucros de uma forma espetacular. Pode ser que eu me

¹ Henrique de Campos Meirelles (1945): engenheiro de produção civil brasileiro, atual presidente do Banco Central do Brasil desde janeiro de 2003, ocasião da posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Na lista de presidentes do Banco Central do Brasil, é quem por mais tempo ocupou a presidência da instituição. (Nota da IHU On-Line)

engane, mas o Grupo Itaú já está se abrindo para atuar em todas as Américas. A informação que eu tenho é essa. O banco deve assinar embaixo desse plano Ômega com fervor.

IHU On-Line - O senhor defende a produtividade local. Como esse projeto pode ser aplicado a partir da reorganização do capitalismo brasileiro?

Carlos Lessa - Quando observamos o atual cenário, pensamos se tudo está debilitando a soberania nacional e a nação. Sabe por que eu não posso ser internacionalista? Porque, no que diz respeito à força de trabalho e mão-de-obra, cada vez são maiores as barreiras de movimentação da mão-de-obra. Por exemplo, os americanos estão criando rigorosamente uma barreira militar para evitar a migração clandestina de mexicanos, sul-americanos, brasileiros. Os europeus estão endurecendo terrivelmente as regras. O mundo está ficando cada vez mais fechado para o trabalho, e os orçamentos ligados às políticas ditas sociais não existem a nível mundial. A questão social é responsabilidade de cada país. Então, tem uma perversidade total. Acaba com a soberania nacional, mas deixa a questão social no âmbito da nação. As assimetrias são terríveis.

Pequenas e médias empresas sobrevivem?

Nós não podemos abrir mão da soberania nacional, mas ela só existe quando um país tem protagonistas que querem que a nação exista. Então, os protagonistas na área da economia, à primeira vista, estão diminuindo, porque, se as grandes empresas vão para o mundo e as pequenas e médias estão ameaçadas por uma economia que não cresce, pergunto: quem vai apoiar? De certa forma, as pequenas e médias empresas estão inventando algumas coisas admiráveis, isto é, os chamados arranjos produtivos locais. Vou dar um exemplo na área industrial: Nova Serrana é uma pequena cidade de Minas Gerais que tem mais de 850 fábricas produzindo calçado

“Nós não podemos abrir mão da soberania nacional, mas ela só existe quando um país tem protagonistas que querem que a nação exista”

esportivo: tênis, chuteira, bota. Produziu, no ano passado, 55% de todo calçado do Brasil. É maior que a Nike e a Adidas. É uma gigantesca empresa formada por uma colmeia de pequeninas. No Espírito Santo, tem uma colmeia com rochas ornamentais; em São José do Rio Preto, tem uma colmeia fazendo bijuteria. Temos, no Brasil, inclusive, empresas de software e também algumas coisas espetaculares no setor de serviços. No Rio de Janeiro, existem dois exemplos: o Saara, que é um shopping a céu aberto, usando prédios velhos. É um local onde os preços dos produtos são muito baratos. O povo da cidade que não tem automóvel gosta de ir ao Saara fazer compras porque é mais barato e não tem problema de estacionamento. O mesmo povão do Rio de Janeiro organizou a Feira de São Cristovão, que hoje tem um nome pomposo: Centro de Tradições Nordestinas Luis Gonzaga. Ali, 600 empresas operam juntas a partir de uma feira clandestina. Todo final de semana recebem 120 mil visitantes. Não tem na América do Sul nenhum local de lazer que receba tanta gente. 120 mil pessoas que gastam em média R\$ 20,00. Tem tudo que os nordestinos gostam e que os cariocas gostam também. Não tem capital estrangeiro que compre isso. O bom é que estas feiras estão se reproduzindo. Estão surgindo duas outras, uma na Rocinha e uma em Nova Iguaçu. Eu quis convencer o Alckmin (ex-governador de São Paulo entre 2001 e 2006) a estimular uma dessas feiras em São Paulo. Ele não quis nem visitar o local. Bobo, porque a cidade

brasileira que tem mais nordestino é São Paulo.

Em Pernambuco, está se desenvolvendo um arranjo produtivo a partir de um fato religioso: Nova Jerusalém. De certa maneira, Juazeiro também é um arranjo produtivo que gravita em torno do culto ao padre Cícero. A cidade atrai dois milhões de nordestinos por ano e cresce com uma velocidade espetacular. Isso é uma maravilha no sentido de que surge uma entidade econômica que cresce com o Brasil e não se vende ao capital estrangeiro, não se desnacionaliza, porque nenhum capital estrangeiro consegue controlar uma coisa dessas. Com isso, criam-se empresas nacionais muito fortes.

IHU On-Line - Dependendo de quem vença as eleições, pode haver uma mudança na conduta da política econômica e na atuação do Estado?

Carlos Lessa - Não sei se o (Roberto) Requião (governador do Paraná - PMDB) vai ser candidato. Suspeito que o PMDB vai empurrar o Meirelles como vice da Dilma. Não sei se o rumo vai mudar. Se essa turma que articula o plano Ômega tiver sucesso em vendê-lo, não muda rumo nenhum; reforça as piores tendências atuais. O Brasil caminha para ser uma Singapura colossal: Hong Kong da América do Sul. Vão dizer que Hong Kong tem um padrão de vida alto. Sim, tem. Mas também tem as maiores favelas da Ásia. Hong Kong é terrível. Uma grande porcentagem da população vive em barcos ancorados permanentemente na baía. É uma miséria terrível, mas tem Hong Kong e os banqueiros de Hong Kong.

LEIA MAIS...

>> Carlos Lessa já concedeu outra entrevista à IHU On-Line. Confira na página eletrônica (www.ihu.unisinos.br).

• “O mercado realiza a globalização dos infernos”. Entrevista publicada nas Notícias do Dia, em 31-5-2009 e disponível no link <http://migre.me/oXUG>.

“A sociedade brasileira, hoje, é grão-burguesa”

Para o sociólogo Luiz Werneck Vianna, o Estado é a central de inteligência da reorganização do capitalismo brasileiro

POR PATRÍCIA FACHIN E MÁRCIA JUNGES

“O que está unificando o país hoje é um projeto expansionista burguês com vocação grão-burguesa”, afirmou o sociólogo Luiz Werneck Vianna, na entrevista que segue, concedida, por telefone, à **IHU On-Line**. O Estado traduz este movimento, ele é “ator, mas também é objeto”, afirma Vianna. Não se trata de um “Estado patrão”, esclarece, “o que se tem aí é uma associação, uma vinculação entre política e economia, governo e empresas, governos e atores políticos e empresariais, que, juntos, no Estado e no governo, implementam essa política. As elites econômicas, por exemplo, são partícipes disso”. Os fundos de pensão também têm participação direta nesse processo, e esse é um aspecto complicado, “porque eles atestam que esse movimento não se limita às elites econômicas da indústria, do agronegócio e está envolvendo também, no mínimo, a vida sindical. Basta olhar para a composição desse governo, onde todas as classes e frações de classes se encontram representadas”, menciona.

Luiz Werneck Vianna é professor pesquisador do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo, autor de, entre outros, *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil* (Rio de Janeiro: Revan, 1997); *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil* (Rio de Janeiro: Revan, 1999); e *Democracia e os três poderes no Brasil* (Belo Horizonte: UFMG, 2002). Confira a entrevista.

IHU On-Line - O capitalismo brasileiro está passando por uma reorganização? Quais são as principais características desse processo?

Luiz Werneck Vianna - Penso que passa, sim, por uma reestruturação relevante, que já vinha acontecendo, mas que assumiu outro ritmo. Diria que isso traduz uma política no sentido de aprofundar o processo de concentração e de centralização de capitais no país. Estão aí as fusões da Oi, do Unibanco com o Itaú e outras importantes que se referem ao setor industrial. Trata-se de uma passagem para uma dimensão superior do capitalismo.

O capitalismo no Brasil consiste, hoje, em um empreendimento extraordinariamente bem sucedido, e o governo Lula tem tido muita responsabilidade e iniciativa na realização desse projeto. Diria que, além disso, a sociedade brasileira, hoje, não é apenas uma sociedade burguesa, é uma

sociedade grão-burguesa, como atesta a expansão das empresas brasileiras no exterior, não só na América Latina como na África.

Transcendência

O capitalismo brasileiro transcende as suas fronteiras nacionais. A sua política externa, hoje, está a serviço disso. Ela não apenas atua na defesa do território, da identidade nacional, mas diria que, sobretudo, está presente na expansão econômica do país. Isso se manifesta através de diferentes empreendimentos. Do ponto de vista cultural e universitário, essa universidade que acaba de ser criada no Mercosul é mais um indicador dessa presença ampliada da política brasileira em relação ao seu mundo exterior. Essa política traduz o fato capital de que o capitalismo brasileiro tende a se projetar para fora dos seus limites

nacionais, assumindo uma vocação internacional. Denomino essa política de grão-burguesa, que está sendo referendada e apoiada por políticas de Estado. Nesse caso, as estatais têm desempenhado um papel muito importante, alavancando essa política de concentração e centralização de capitais e de lançamento do capitalismo brasileiro no mundo.

IHU On-Line - Além das estatais, qual é o papel dos fundos de pensão nesse processo? São eles os “pilares” dessa reestruturação?

Luiz Werneck Vianna - Também. Na verdade, dessa pergunta podemos deduzir a resposta. Se pensarmos na questão dos fundos, é complicado, porque eles atestam que esse movimento não se limita às elites econômicas da indústria, do agronegócio e está envolvendo também, no mínimo, a vida sindical. Basta olhar para a

composição desse governo, onde todas as classes e frações de classes se encontram representadas. O agronegócio é um personagem-chave desse Estado brasileiro de hoje, assim como o mundo das finanças, dos serviços, da indústria. Os sindicatos também estão presentes, principalmente as centrais sindicais. Para que não fique só nisso, movimentos sociais que dizem respeito às questões raciais e de gênero também se encontram instalados no interior desse Estado. Na verdade, isso reedita, em um plano mais largo, mais fundo, em outras circunstâncias, o que foi o Estado Novo da época Vargas. Escrevi, há um ano, um pequeno ensaio, dedicado a esse assunto, em que tentava demonstrar que o funcionamento dessa máquina estatal compósita e heteróclita só vinha funcionando a contento em razão da presença do seu grande articulador, que é o Presidente da República. Sem ele, será muito difícil preservar a harmonização de contrários que hoje caracteriza o governo.

IHU On-Line - Assiste-se a uma reconfiguração de classes ou frações de classe a partir desse fenômeno? Se sim, que classes surgem?

Luiz Werneck Vianna - Ainda percebo as velhas classes brasileiras em processo de diferenciação. A representação associativa e sindical delas é muito poderosa, incluindo o MST, mas, infelizmente, suas ações não têm atuado no sentido de uma vitalização do tecido político, muito afetado pela sucessão de escândalos que o tem fragilizado. A intervenção da vida associativa e sindical, ao invés de procurar o espaço da sociedade civil, tem dado preferência a agir no interior do governo.

IHU On-Line - Essa reorganização do capitalismo pode desestabilizar as forças políticas do país?

Luiz Werneck Vianna - Desestabilizar, não, mas elas já tiraram muita força da política institucionalizada. Essas grandes corporações têm tido um peso muito forte e independente dos partidos, e elas estão no governo e nas câmaras do Estado. Enfim, a política é a grande derrotada nesse processo.

“O funcionamento dessa máquina estatal compósita e heteróclita só vinha funcionando a contento em razão da presença do seu grande articulador, que é o Presidente da República. Sem ele, será muito difícil preservar a harmonização de contrários que hoje caracteriza o governo”

IHU On-Line - Como avalia o Estado enquanto investidor e financiador de grandes investimentos como as obras do PAC? O Estado deve ou não intervir na economia desta maneira?

Luiz Werneck Vianna - O Estado é como a central de inteligência de todo esse processo, na medida em que é ele que orienta o movimento de expansão da ordem burguesa e de concentração e verticalização do capital, de racionalização do sistema produtivo e se empenha em otimizar todas as possibilidades de expansão internas e externas. Mas ele não está atuando acima das partes. Não se trata de um Estado patrão como na construção clássica do bonapartismo de que Marx tratou no 18 Brumário. Na verdade, o que há é uma associação, uma vinculação entre política e economia, governo e empresas, governos e atores políticos e empresariais, que, juntos, no Estado e no governo, implementam essa política.

IHU On-Line - Esse projeto é positivo ou negativo para o país pensando num projeto de nação a longo prazo? Quais as implicações sociais e econô-

micas da reestruturação do capitalismo?

Luiz Werneck Vianna - Esse projeto é um aprofundamento da experiência burguesa brasileira, inclusive, encarando a questão social de frente. Ao mesmo tempo em que tutela os movimentos sociais, mantém a sociedade desorganizada, com políticas de clientela de massa. Por onde a política vai passar? Ela tem passado por esse “parlamento” das grandes corporações, que tem sua sede no interior do próprio governo. Então, o ministro da agricultura pode perfeitamente conviver com o ministro do meio ambiente e o do desenvolvimento agrário. Cada um deles é portador de interesses determinados, mas esses conflitos são retidos no interior do governo, e apenas residualmente se manifestam no plano da sociedade. O que está unificando o país hoje é um projeto expansionista burguês com vocação grão-burguesa.

Na questão social, a incorporação social aumenta, as políticas se tornam mais abrangentes, embora sejam lastimavelmente de pouco alcance. A educação é de péssima qualidade, e não há indicadores de mudança próxima.

IHU On-Line - E o que dizer do fortalecimento do sistema financeiro nacional?

Luiz Werneck Vianna - Conforme se observa, o sistema financeiro está cada vez mais concentrado. O fato de o Banco do Brasil ter passado bem nessa prova de fogo que foi a crise de 2008 veio reforçar esse processo de concentração. Com a forte representação que tem o presidente do Banco Central, na política brasileira de hoje, o sistema financeiro conseguiu de fato, embora isso ainda não tenha expressão legal, a autonomia do Banco Central quanto aos decisores políticos.

IHU On-Line - Que Brasil está se configurando após o segundo governo Lula?

Luiz Werneck Vianna - Sem dúvida, pelo prisma social é uma geração perdida. A sociedade está mais organizada, educada? Definitivamente

não está. Sua economia está mais vibrante, potente? Está, sem dúvida. O Estado brasileiro está forte? Está. Então, temos que fazer esse balanço. Os resultados dependem muito dos valores de quem realiza esse balanço. Eu gostaria de ver uma sociedade mais organizada, instituída, mais potente, com partidos fortes, representativos, com sindicatos autônomos, com movimentos sociais desvinculados do Estado, com um processo de discussão amplo, aberto às raízes da vida social. A minha opção seria essa. Mas o mundo gira do jeito dele.

IHU On-Line - Dependendo do resultado das eleições deste ano, o atual modelo econômico pode mudar? Luiz Werneck Vianna - Dilma e Serra têm perfis muito parecidos. Vejo dificuldades para a preservação desse modelo, mas algo dele vai subsistir. Tome, por exemplo, a questão da legislação social e trabalhista, onde há projetos que se antagonizam na sociedade. Todos esses conflitos latentes muito poderosos vêm sendo administrados no sentido de serem resolvidos no interior do governo. A questão toda é que quando isso não for possível, quando esses conflitos tomarem as ruas, quando cada lado procurar se impor na sociedade pela sua capacidade de pressão e intervenção, não haverá o Lula para administrá-los. Na mesma direção está a questão da reforma tributária, a questão agrária e todas as outras.

LEIA MAIS...

- >> Confira outras entrevistas concedidas pelo sociólogo Luiz Werneck Vianna.
- *“Só há um político no Brasil: o presidente da República”*. Entrevista publicada em 24-8-2008 e disponível no link <http://migre.me/pqQx>;
 - *Fascismo: moralismo faz a política ficar de fora da discussão*. Entrevista publicada na edição *Nazismo: a legitimação da irracionalidade e da barbárie*. Edição número 265, de 21-7-2008 e disponível no link <http://migre.me/pq5k>
 - *Da fábrica para a selva. “A candidatura Marina é uma mutação na política brasileira”*. Entrevista publicada em 20-08-2009 e disponível no link <http://bit.ly/fyEKE>
 - *“Hoje, no Brasil, só uma pessoa faz política: Lula”*. Entrevista publicada em 24-05-2009 e disponível em <http://bit.ly/9LBMQt>

Classe trabalhadora perde força com a centralização de capitais

De acordo com o sociólogo Francisco de Oliveira, a reorganização do capitalismo brasileiro gera centralização de capitais e beneficia apenas grandes grupos econômicos

POR PATRICIA FACHIN

“A justificativa é de que é preciso tornar as empresas competitivas internacionalmente”, mas a centralização de capitais “significa sempre um menor poder da classe trabalhadora. Portanto, isso desbalanceia novamente para o lado do capital o equilíbrio de forças na sociedade”. A opinião é do sociólogo Francisco de Oliveira e foi expressa na entrevista que segue, concedida, por telefone, à IHU On-Line.

Segundo ele, a centralização do capital, processo que está se originando com a reorganização do capital brasileiro, é uma tendência mundial e reflete diretamente na atuação do movimento de trabalhadores e na política. Tal processo, assegura, “aumenta muito o poder de grupos de vários setores de mineração, petroquímica, construção civil, telefonia. Esse processo está se constituindo em torno de grupos como Andrade Gutierrez, Odebrecht, Camargo Corrêa”. Ele menciona ainda que estas são organizações de difíceis fiscalização e controle, “por isso atacam impunemente o meio ambiente, e nem o governo tem força para conter-lhes os exageros”.

Experiente em analisar o cenário social brasileiro, Francisco de Oliveira ressalta que está se configurando, a partir da reorganização do capitalismo brasileiro, algo jamais visto. “O Brasil está se encaminhando para um modelo muito estranho, crítico, para o qual a experiência internacional é fraca”. E reitera: “Estamos formando uma sociedade muito desigual, com um vazio no meio (...), estão se formando setores muito ricos e um largo setor muito pobre, que está tendo acesso a consumo, Casas Bahia, telefone celular. O modelo é inédito, mas não sabemos no que vai dar”.

Francisco de Oliveira formou-se em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife, atual Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. É professor aposentado do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo - USP. Confira a entrevista.

IHU On-Line - O capitalismo brasileiro está sendo reorganizado? Que aspectos demonstram isso?

Francisco de Oliveira - Está passando por uma forte reorganização. Ele está passando por um processo que Marx chamava de centralização dos capitais, um conceito que quer dizer

que o mesmo grupo econômico controla o maior número de capitais. Isso se reflete, na prática, nesse processo de fusões entre empresas. Essa é uma característica dos capitalisms muito desenvolvidos, e o Brasil está entrando nesse modelo.

IHU On-Line - Qual é o papel das estatais e dos fundos de pensão nesse processo?

Francisco de Oliveira - Muito forte. O BNDES, que é um banco estatal, está presente em todas essas fusões e centralizações de capitais. Os fundos de pensão são os principais promotores dos tentáculos desses processos. Veja que para fundir a Perdigão com a Sadia, o BNDES entrou para garantir a fusão. A fusão da AmBev já tinha ocorrido antes, de modo que não foi no governo Lula. Todos os novos processos de reforço do capital têm sido fortemente patrocinados por fundos públicos, incluindo aí os fundos de pensão.

IHU On-Line - Como avalia a postura do BNDES nessa iniciativa? Quais as implicações desses financiamentos para a economia e para a sociedade brasileira?

Francisco de Oliveira - A justificativa é que é preciso tornar as empresas competitivas internacionalmente. A economia brasileira cresceu muito do ponto de vista da projeção internacional e as empresas brasileiras são realmente nanicas. Para se meter em briga de cachorro grande não adianta ser luluzinha, tem de ser buldogue.

Em geral, a centralização de capitais, que ocorre em economias muito desenvolvidas, significa sempre um menor poder da classe trabalhadora. Portanto, isso desbalanceia novamente para o lado do capital o equilíbrio de forças na sociedade. Não o vejo com bons olhos, principalmente pela minha orientação socialista, mas esse é um processo que ocorre em todo o sistema capitalista.

Essa é uma tendência mundial. Todas as empresas internacionais que estão no país são produto de fortíssima centralização de capitais em seus respectivos países. Então, estamos seguindo uma tendência, com a diferença de que o Brasil e o governo brasileiro resolveram apostar nisso como sendo um elemento positivo para a presença das empresas brasileiras no comércio internacional.

IHU On-Line - O senhor propõe que o governo radicalize suas políticas

de investimentos, criando cinco Embraers por ano, em diversos setores, como uma maneira de defender a maior participação do Estado na economia. De que forma está percebendo a atuação do Estado na condução da política econômica?

Francisco de Oliveira - Para o sistema capitalista, o Estado está correto. O paradoxo é que, ou o Estado se arma de uma musculatura poderosa ou não se mete, porque a briga em jogo não é para nanicos. O Brasil quer desempenhar um papel importante no cenário internacional: quer apoiar o Irã, Cuba, desestimular agressões. Sem musculatura, isso não se faz. Quer dizer, se

“Todos perdem, menos os grupos que fazem essas operações de centralização dos capitais. Mesmo o governo perde porque passa a enfrentar-se com empresas que são gigantescas”

grita e fica por isso mesmo. Sem poder de retaliação não dá em nada. Lamentavelmente, para nós socialistas, pelo menos para mim, é uma tendência mundial, e o Brasil está fazendo a lição de casa.

IHU On-Line - Quais os prós e contras do Estado enquanto financiador do capital privado? Esse processo beneficia quem?

Francisco de Oliveira - Beneficia os grupos que são proprietários das empresas e círculos de empresas em torno delas. Depois da fusão da Sadia com a Perdigão, o que sobrou? Quem vai se meter a besta no ramo de carnes e frangos? Então, esse processo beneficia diretamente essas empresas.

Aumenta o poder delas na competição interna e, possivelmente, externa, se bem que na competição externa ainda falta muito. É o benefício direto, e isso significou, sempre, no sistema capitalista, uma queda do poder real da força de trabalho, isto é, a classe trabalhadora passa a se enfrentar com coalizões de interesses do capital, que são amplíssimas e têm a capacidade de retalhar em qualquer setor. Veja os grupos que estão metidos em petroquímicas, em telefonia, em construção pesada.

O movimento de trabalhadores, cuja bandeira era a dos tempos de Marx, ou seja, trabalhadores unidos, está fragilizado. No sistema capitalista, a união que se opera é a das empresas, e não dos trabalhadores. Isso socialmente não é bom, nem politicamente. Os reflexos políticos logo aparecerão. Na disputa presidencial de 1989, tinha pelo menos quatro candidatos que eram respeitáveis, provaram que não tinham forças nas urnas, mas havia um velho Ulisses Guimarães, Mario Covas, Fernando Collor, o Lula e até o Paulo Maluff. Agora, quem são os candidatos? São dois. Isso mostra que essa concentração e centralização de poder econômico acaba se refletindo na política.

IHU On-Line - E como atuam os movimentos sociais diante dessa reorganização?

Francisco de Oliveira - Eles se enfraquecem. Havia movimentos sociais para atuar em processos específicos de trabalho. Esses movimentos rapidamente se enfraquecem porque passam a enfrentar-se com um adversário cujas proporções estão fora do alcance das organizações dos trabalhadores. O movimento social em geral perde com essa centralização de capitais. O ganho político é nulo, e o social é negativo.

IHU On-Line - A centralização de capitais vai na contramão da crise ecológica? Que papel o PAC desempenha nesse novo processo?

Francisco de Oliveira - Provavelmente, porque aumenta muito o poder de grupos e capitais de vários setores de mi-

neração, petroquímica, construção civil, telefonia. Esse processo está se constituindo em torno de grupos como Andrade Gutierrez, Odebrecht, Camargo Corrêa. São grupos poderosíssimos com capacidade de desempregar em vários setores se houver resistência de trabalhadores. Além do mais, são organizações de difíceis fiscalização e controle, por isso atacam impunemente o meio ambiente, e nem o governo tem força para conter-lhes os exageros. Todos perdem, menos os grupos que fazem essas operações de centralização dos capitais. Mesmo o governo perde porque passa a enfrentar-se com empresas que são gigantes. Nós já temos o Banco do Brasil e a Petrobras, que são estatais, mas nem o Estado pode se meter com elas. Elas são tão gigantes, mexem com tantos interesses, que ninguém pode se meter a fiscalizá-las.

O PAC só será reforçado, e a escala das empresas aumentará. A maior centralização de capitais e a formação de grandes grupos econômicos muitos fortes reforçam a presença dessas empresas no PAC e vão dar ao programa maiores condições de realizações. O Lula está se revelando um mestre no jogo de cartas.

IHU On-Line - O setor financeiro privado também tem esse poder na centralização de capitais?

Francisco de Oliveira - A atuação do setor financeiro privado é secundária. Esse setor vai aproveitar porque se trata de um movimento que vai ampliar a escala das empresas. Mas o setor financeiro privado não tem recursos para bancar essa centralização. Quem termina bancando é o setor público: o Estado, através de seus bancos, o Banco do Brasil e o BNDES, e através de incentivos fiscais, de isenção fiscal. A hegemonia é do setor financeiro estatal. É uma política deliberada, e o BNDES é o grande agente dessa centralização.

IHU On-Line - Em que consistiria uma reforma do sistema financeiro estatal na atual conjuntura?

“Nós já temos o Banco do Brasil e a Petrobras, que são estatais, mas nem o Estado pode se meter com elas. Elas são tão gigantes, mexem com tantos interesses, que ninguém pode se meter a fiscalizá-las”

Francisco de Oliveira - É muito difícil dizer em poucas palavras o que consistiria uma reforma do sistema financeiro estatal. Seria desnecessário desmontar simultaneamente os monopólios públicos e privados, porque, se desmontar só os monopólios públicos, ficam os privados reforçados. Se desmontam o Banco do Brasil, se fortalecem Itaú/Unibanco, Santander/Real, Bradesco. Então, uma reforma do sistema financeiro teria que ser mais ampla para incluir o sistema privado quanto o público. Mas em que precisamente é difícil dizer.

IHU On-Line - O senhor disse recentemente em uma entrevista ao *Brasil de Fato* que dizer que estatização é programa de esquerda é não ter entendido nada do capitalismo contemporâneo. O caracterizaria um programa de esquerda hoje?

Francisco de Oliveira - Um programa de esquerda hoje é o de sempre. A divisa da esquerda na famosa Revolução Francesa: o ponto da esquerda é a igualdade. Essa continua sendo a pedra angular de qualquer política de esquerda. Concretamente, no Brasil, significa reduzir e até eliminar onde for possível a desigualdade, que é, sobretudo, de base econômica. Nós estamos indo por caminhos no sentido de anular a desigualdade étnica, racial. É uma iniciativa louvável, mas não resolve o problema porque a desigualdade é fundamentalmente de natureza econômica. E é isso que precisamos ata-

car. Não há programas suficientemente no Brasil para isso. O Bolsa Família é o único programa que existe de redução das desigualdades e é pálido frente ao dinheiro que o governo gasta pagando o serviço da dívida interna. Então, o programa continua sendo o que a Revolução Francesa anunciou: atacar por todos os lados o tema da igualdade.

IHU On-Line - Com a crescente centralização do capital, o senhor ainda tem esperança?

Francisco de Oliveira - (Risos). Como eu sou daltônico, não vejo verde; só vejo vermelho.

IHU On-Line - Que Brasil está se configurando a partir dessa reorganização do capitalismo brasileiro?

Francisco de Oliveira - Está se configurando uma coisa muito estranha. Não é algo que já vimos. Há algum tempo, pensava-se que o Brasil caminhava para uma sociedade do tipo norte-americana, com uma grande classe média. O Brasil está se encaminhando para um modelo muito estranho, crítico, para o qual a experiência internacional é fraca. Estamos com uma base muito ampla de pobres, que constituem hoje a base social do fenômeno chamado lulismo e, por fim, temos uma classe constituída pelo processo de centralização e concentração de capitais, com empresas formidáveis, que o Brasil nunca conheceu. Estamos formando uma sociedade muito desigual, com um vazio no meio porque o crescimento da classe média que a imprensa anuncia é falso. Isso é crescimento de classe do ponto de vista de estratificação de consumidores, não é classe média do ponto de vista da sociologia. Estão se formando setores muito ricos e um largo setor muito pobre, que está tendo acesso a consumo, Casas Bahia, telefone celular. O modelo é inédito, mas não sabemos no que vai dar.

IHU On-Line - Liberação de crédito nem sempre significa desenvolvimento social?

Francisco de Oliveira - Para o capitalismo, significa, sim. Capitalismo é crédito. Ele pode piorar o âmbito social porque as famílias passam a viver

num ciclo vicioso de endividamento. Mas, do ponto de vista econômico, não há do que se queixar.

IHU On-Line - Dependendo do resultado das eleições, podemos ter uma mudança na condução do Estado?

Francisco de Oliveira - Não. Haverá, certamente, formas mais personalizadas de condução dos negócios do Estado, alguma ou outra prioridade, que deve ser atribuída à preferência de um dos dois candidatos principais. Mas mudança de rota num sentido forte e mudanças do fundamento da política econômica de moeda, crédito, câmbio, isso não vai haver. Talvez a dona Dilma, como é mulher, coloque um lacinho de fita na cabeça do PIB; e o Serra, como é mais carrancudo e mais feio, coloca uma gravata borboleta, que é o símbolo de mau gosto. Mas, mais do que isso, não vai haver nada.

IHU On-Line - A candidatura de Marina representa hoje o que a candidatura de Lula representou há oito anos, no sentido de ser uma esperança para o país?

Francisco de Oliveira - Não. De jeito nenhum. Infelizmente, Marina Silva, que mostrou ser uma senadora muito positiva, uma novidade no senado brasileiro, aderiu ao ecocapitalismo e não tem muita coisa a prometer. Ela convidou para vice-presidente o presidente da Natura, Guilherme Leal. Isso é ecocapitalismo, ou seja, faz de conta que preserva a natureza, faz de conta que é verde. Quer dizer, quando ela sai candidata e escolhe para vice o presidente de uma empresa que explora os recursos da Amazônia, que é tida como exploradora de recursos indígenas, de trabalho infantil, aí a perspectiva é ruim.

LEIA MAIS...

>> Francisco de Oliveira já concedeu outras entrevistas à IHU On-Line:

* *O pecado do PT: deixar de ser reformista*, publicada na 123ª edição, de 16-11-2004, disponível em <http://bit.ly/d404xX>;

* *"A política tornou-se irrelevante"*, publicada nos Cadernos IHU em formação, número 9, de 2006, intitulado *Política Econômica. É Possível mudá-la?*, disponível em <http://bit.ly/971KQQ>

Estado brasileiro é ativo e criativo

Na opinião do economista e presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Marcio Pochmann, o Brasil está diante de um modelo que recupera, a partir do Estado, a ação econômica. Esse processo, reitera, “não está deslocado, pelo menos até o momento, do acompanhamento de recursos ampliados para os raios sociais”

POR PATRICIA FACHIN

Para o economista Marcio Pochmann, o Brasil está diante da terceira tentativa de reorganização do capitalismo. Essa fase é marcada, segundo ele, “por uma atuação mais ativa e criativa do Estado”, que cria um ciclo de expansão da economia e pode ser observada a partir da constituição de grandes grupos econômicos mistos, formados por empresas estatais e privadas.

Na entrevista a seguir, concedida, com exclusividade, por telefone, para a IHU On-Line, o economista diz que a posição do Estado está relacionada a um fator que surgiu com o predomínio da globalização e a desregulamentação do Estado ao longo dos anos no cenário financeiro: a constituição de grandes corporações transnacionais. Nesse circuito de hipermonopolização do capital, afirma, “os países que não tiverem grandes grupos econômicos e não forem capazes de fazer parte desses 500 grandes grupos mundiais, de certa maneira, estarão de fora, aliados da competição de tal forma que passariam a ter um papel passivo e subordinado ao circuito de decisões”. E justifica: “É crescente a presença do Estado em qualquer setor econômico com o objetivo de levar a possibilidade de fazer parte desse seletivo grupo de corporações transnacionais, que, cada vez mais, são mistas diante de um espaço tão crescente de recursos públicos”. Pochmann mencionou ainda que estamos vivendo uma “fase em que não são mais os países que têm empresas, mas empresas que têm países diante da dimensão das corporações com um faturamento, em grande parte das vezes, superior ao PIB dos países nacionais”. E conclui: “Não há outra alternativa, no meu modo de ver, que não seja a construção desses grupos”.

Marcio Pochmann é doutor em Economia, professor do Instituto de Economia da Unicamp e presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Confira a entrevista.

IHU On-Line - O capitalismo brasileiro está sendo reorganizado?

Marcio Pochmann - Nós tivemos um desenvolvimento capitalista a partir da revolução de 30, que completou um período até a crise da dívida externa. Entre a crise de 1929 e a da dívida externa, de 1981 a 1983, tive-

mos um desenvolvimento capitalista com uma forte atuação do Estado no Brasil, o que permitiu ao país passar para a condição de oitava economia do mundo, ao final dos anos 70. A crise da dívida externa e as medidas que o Brasil tomou para enfrentar aquele período fizeram com que a

convergência política que conduziu o ciclo de desenvolvimento da década de 80 fosse fragmentada. Então, da crise da dívida para cá, temos três iniciativas de reorganização do capitalismo brasileiro. A primeira tentativa se deu no Plano Cruzado,¹ quando se tentou constituir, no Brasil, a exemplo da experiência italiana, a construção de *holding* de todas as empresas estatais, que teria um fundo único com o objetivo de reorganizar o Estado brasileiro. Essa tentativa não teve sucesso, tanto é que o fracasso do Plano Cruzado colocou por terra a proximidade de reorganização do capitalismo brasileiro.

A segunda tentativa se deu com o Plano Real.² Ele teve sucesso, mas a proposta de mudança do papel do Estado se deu na concepção neoliberal. A visão dessa segunda reformulação do Estado era de que seriam constituídos grandes grupos privados nos principais setores a partir da privatização. Esse ciclo fracassou em razão das diversas crises financeiras que aconteceram em 1994, 1995, como a crise mexicana, depois a asiática, até a crise de 2008, que atingiu os principais países capitalistas desenvolvidos. Esse ciclo não se completou; foi interrompido com a eleição do presidente Lula.

Agora, estamos diante de uma terceira tentativa de reorganização do capitalismo através de uma atuação mais ativa e criativa do próprio Estado. Isso se percebe quando ele toma a decisão de constituir grandes grupos econômicos mistos, que têm a presença do capital privado, recursos do Estado e de fundos de pensão de empresas estatais. Estamos, sim, diante de uma tentativa de reformulação do capitalismo brasileiro, de um ciclo de

1 O Plano Cruzado foi um conjunto de medidas econômicas, lançado pelo governo brasileiro em 28 de fevereiro de 1986, com base no decreto-lei nº 2.283, de 27 de fevereiro de 1986, sendo José Sarney o presidente da República e Dilson Funaro o ministro da Fazenda. (Nota da IHU On-Line)

2 O Plano Real foi um programa brasileiro de estabilização econômica, iniciado oficialmente em 27 de fevereiro de 1994 com a publicação da Medida Provisória nº 434 no Diário Oficial da União. Tal Medida Provisória instituiu a Unidade Real de Valor (URV), estabeleceu regras de conversão e uso de valores monetários, iniciou a desindexação da economia, e determinou o lançamento de uma nova moeda, o Real. (Nota da IHU On-Line)

expansão. E a base dessa reforma é a organização do Estado atuando de forma mais ativa nessas parcerias com o setor privado.

IHU On-Line - O Estado financiador se justifica na conjuntura atual, principalmente depois de uma crise financeira como a de 2008?

Marcio Pochmann - O que estamos observando nessas duas últimas décadas de predomínio da globalização, sobretudo financeira, e de desregulamentação do próprio Estado, é a constituição de grandes corporações transnacionais. Falava-se, antes da crise de 2008, da emergência de

**“A crise de 2008
mostrou que as grandes
corporações privadas são
tão grandes que podem
quebrar, uma vez que o
seu fracasso enquanto
setor econômico
colocaria por terra,
inclusive, o próprio
sistema econômico”**

pelo menos 500 grandes corporações transnacionais, que dominariam todos os setores da atividade econômica. Nesse circuito de hipermonopolização do capital, os países que não tiverem grandes grupos econômicos e não forem capazes de fazer parte desses 500 grupos, de certa maneira, estarão de fora, aliados da competição de tal forma que passariam a ter um papel passivo e subordinado ao circuito de decisões desses 500 grupos. Então, a opção brasileira é se aproximar da concentração desses gigantes para, de certa maneira, fazer parte desse circuito de poucas, mas grandes empresas.

Lições da crise econômica de 2008

A crise de 2008 mostrou que as grandes corporações privadas são tão grandes que podem quebrar, uma vez que o seu fracasso, enquanto setor econômico, colocaria por terra, inclusive, o próprio sistema econômico. Portanto, é crescente a presença do Estado em qualquer setor econômico com o objetivo de fazer parte desse seleto grupo de corporações transnacionais, que cada vez mais são mistas diante de um espaço tão crescente de recursos públicos. Essa é a lógica do capitalismo, que, de certa maneira, faz com que desmorone a concepção dos Estados nacionais, que têm apenas 300 anos de experiência aproximadamente. Nós estamos avançando numa fase em que não são mais os países que têm empresas, mas empresas que têm países diante da dimensão das corporações com um faturamento, em grande parte das vezes, superior ao PIB dos países nacionais. Então, não há outra alternativa, no meu modo de ver, que não seja a construção desses grupos.

Projeto chinês: um modelo para o Brasil?

Desses 500 grandes grupos, sabe-se que, de acordo com o projeto chinês, a China pretende ter 150 grupos chineses com interveniência em todo o mundo. O Brasil precisa ter um plano nesse sentido. Agora, esse reposicionamento do Estado brasileiro não pode deixar de lado outras dimensões que dizem respeito à natureza de um Estado capitalista, que está relacionado à necessidade crescente de reinvenção do mercado, especialmente no nosso país, onde 98% das empresas são constituídas de micro e pequenos empreendedores, que respondem por dois terços do emprego nacional. Então, é papel do Estado reorganizar esses grupos econômicos para que eles possam competir nessa nova ordem econômica internacional. Particularmente, penso que seria adequado a construção de um ministério apropriado para os pequenos empreendimentos, que vão desde a economia solidária até a economia popular. A criação de um siste-

ma de crédito, de assistência técnica, de orientação e capacitação no comércio interno e externo, até mesmo a construção de um banco público de financiamento para esse setor também são relevantes.

IHU On-Line - Como conciliar outros arranjos econômicos como a economia solidária com a centralização de capitais? Empresas menores conseguirão sobreviver diante da atuação dos gigantes nacionais?

Marcio Pochmann - O capitalismo se mostrou, ao longo do tempo, um modo de produção com capacidade de gerar riqueza. Uma de suas dificuldades, de fato, é a capacidade de distribuir de forma equânime essa riqueza. O Estado, ao se organizar, permite, através do fundo público, o desenvolvimento de consumo positivo, que diz respeito a bens e serviços sociais como educação, saúde, habitação, transporte. Ou seja, tem uma série de atividades econômicas que são passíveis de serem organizadas por intermédio de pequenos empreendimentos, ainda que as grandes corporações sejam os principais elementos que fundamentam a dinâmica capitalista e, sobretudo, o desenvolvimento. As atividades econômicas podem perfeitamente ser expandidas através não só do Estado, mas pela presença de um espaço para a economia popular, especialmente quando estamos falando de um capitalismo cada vez mais assentado no trabalho imaterial. Temos uma parte importante de funções dentro do trabalho imaterial que não é de interesse da lógica privada e abre a possibilidade de um maior circuito de expansão da economia solidária.

IHU On-Line - Quais são os prós e contras da atual política econômica desenvolvimentista para a economia real? Quem esse tipo de modelo fortalece?

Marcio Pochmann - Com a crise de 2008, começam a ficar mais claros, olhando especificamente no âmbito da América Latina e do Caribe, diferentes modelos de enfrentamento e saída da crise. No caso brasileiro, a saída da crise se deu pelo fortalecimento do

“O BNDES ampliou o seu orçamento e vem tendo atuação decisiva em termos de reestruturação do capitalismo brasileiro”

papel do Estado. Acredito que essa recuperação recolocou a importância do Estado para o desenvolvimento econômico-social. Agora, essa recuperação, de certa maneira, deu-se nos mesmos moldes que nós tínhamos até a década de 70, 80, que era basicamente a intervenção do Estado como impulsor do desenvolvimento de atividades produtivas. Por outro lado, tem um elemento novo que foi acompanhado do reforço de determinadas políticas sociais, especialmente pelo fato de que a Constituição de 88 estruturou o Estado social brasileiro de maneira diferente do que nós tínhamos até então. É difícil, hoje, o Estado ampliar as funções de natureza econômica desconectadas das atenções da área social, o que permitiu, inclusive ao Brasil, oferecer resultados interessantes durante a crise, como a redução da pobreza, que é um fato inédito, considerando a história de longo prazo brasileiro.

Intervenção do Estado

Nós estamos diante da construção de um modelo que recupera, a partir do Estado, a ação econômica através dos bancos públicos, da recuperação dos investimentos em estrutura e energia. Isso não está descolado, pelo menos até o momento, do acompanhamento de recursos ampliados para os raios sociais, como é o caso da previdência, da saúde, da educação. É importante o país produzir e exportar *commodities*, mas isso, por si só, não parece suficiente para permitir o salto em termos de desenvolvimento, uma vez que é fundamental uma maior ampliação da base de produção de bens com maior valor agregado, com maior conteúdo tecnológico, uma vez que

são esses os segmentos que permitem a geração de postos de trabalho de maior qualificação, e que relacionam justamente a elevação de escolaridade com maior remuneração.

IHU On-Line - Isso mostra que o Brasil está se encaminhando para consolidar seu modelo econômico?

Marcio Pochmann - Acredito que o Brasil não consolidou o seu modelo econômico. Tem-se dito, inclusive, que o próprio governo do presidente Lula é um governo de disputa. Há ações, do ponto de vista econômico, às vezes, contraditórias, como o posicionamento do Ministério da Fazenda e, de outro lado, a atuação do Banco Central.

IHU On-Line - A nova política do BNDES de financiar e fortalecer gigantes nacionais traz uma nova perspectiva no sentido de diminuir a concentração de riqueza, ou, pelo contrário, isso tende a aumentar a desigualdade entre as classes?

Marcio Pochmann - Parece-me que a experiência do BNDES no governo Lula é importante e retoma o papel de um banco de desenvolvimento, uma vez que, ao longo dos anos 90, ele se transformou no banco da privatização. O BNDES ampliou o seu orçamento e vem tendo atuação decisiva em termos de reestruturação do capitalismo brasileiro. Acredito que o posicionamento do banco está correto de maneira geral. Agora, junto com o BNDES, seria necessário que o Brasil fizesse uma reforma bancária profunda, porque nós temos cerca de 170 bancos num país de 190 milhões de habitantes. É um contingente de bancos muito reduzido. Países como EUA têm mais de sete mil bancos; a Alemanha tem mais de três mil.

Precisaríamos de um número maior de bancos, especialmente reconhecendo que 500 mil municípios nem agência bancária possuem. É preciso que o crédito tenha um papel ainda mais ampliado, especialmente no setor produtivo. Isso implicaria a constituição de outros bancos: especialmente bancos públicos, como seria o caso de um banco para financiar a agricultura fa-

miliar, os pequenos negócios urbanos, as exportações, além da difusão de bancos comunitários junto às pequenas concentrações urbanas que temos no Brasil. Acredito que a forma como o sistema bancário está organizado, ainda que seja melhor da que tínhamos antes, está longe do ideal num país em que o crédito é fundamental para alavancar melhores atividades produtivas e ocupacionais.

IHU On-Line - O Estado deveria atuar de maneira mais firme diante do sistema bancário?

Marcio Pochmann - Sem dúvida. A expectativa desde a transição da ditadura para a democracia, nesses 25 anos, foi uma profunda reforma do Estado brasileiro. O Estado que temos hoje está longe de responder aos anseios e às perspectivas que se tem no século XXI. O Estado se encontra organizado de uma forma anacrônica. Nós temos uma estrutura setorializada, fragmentada, que opera na forma de “caixinhas”, quando, na verdade, precisamos cada vez mais de ações totalizantes, integradas, articuladas. Há experiências recentes como o Bolsa Família que apontam nessa tentativa de convergir ações governamentais. Só que nós não temos feito uma reforma do Estado. Ao mesmo tempo, o fato de estarmos, ainda, sem uma atuação planejada, organizada no médio e longo prazo, faz com que tenhamos grandes desperdícios e resultados insuficientes, não apenas na questão dos bancos, mas praticamente em todos os demais setores da atividade econômica.

IHU On-Line - Como o padrão de consumo reflete na lógica da centralização de capitais?

Marcio Pochmann - O padrão de consumo hoje reflete essa ordem econômica internacional em que 500 corporações dominam qualquer setor da atividade econômica. São essas corporações que impõem com aceitação relativa, sem grande contestação por parte da população em termos de padrão de consumo. Na medida em que a nossa governança mundial fica fragilizada, fala-se

cada vez mais não em romper com o padrão de consumo e seus impactos ambientais, mas em programas para minorar os impactos. Nesse sentido, a questão maior do desenvolvimento, colocado nos dias de hoje, é sua reinvenção, partindo do pressuposto de que não é possível a universalização do padrão de produção e consumo nas mesmas bases que existiu desde o século XX. A conscientização existe, é necessária, mas não se mostrou suficiente para fazer com que se alterassem os rumos do consumo.

IHU On-Line - Um estudo do IPEA mostra que se os indicadores socioeconômicos de 2003 a 2008 se mantiverem, o Brasil deve zerar o número de miseráveis em 2016 e diminuir o número de pessoas de baixa renda. O atual modelo econômico deve garantir tal perspectiva?

Marcio Pochmann - Acredito que sim, porque estamos acompanhando uma trajetória verificada nos próprios países desenvolvidos, onde se combinou crescimento econômico com melhorias em termos de distribuição de renda e fortalecimento da política pública. Isso traduz resultados bastante satisfatórios em termos de enfrentamento da pobreza extrema. Nós também levantamos como uma necessidade avançarmos em termos de indicadores sociais, porque os indicadores que adotamos no Brasil, que são para acompanhar a pobreza extrema, se dão com base numa briga de renda como definidora de pobreza. Nos países europeus, de maneira geral, o indicador utilizado é a pobreza relativa,³ ou seja, as pessoas são pobres não por não ter o que comer, mas são pobres relativamente ao padrão de riqueza. Então, acreditamos que é possível, a partir desse modelo econômico, chegarmos ao início da segunda década, eliminando a pobreza extrema. Isso não significa que estaremos vivendo num país sem desigualdade. Se uti-

³ A **pobreza relativa** ocorre quando um indivíduo ou uma família tem o mínimo necessário para subsistirem, mas não possuem os meios necessários para viver de acordo com a área onde estão inseridos, nem com pessoas de status social comparável. (Nota da IHU On-Line)

lizarmos como indicador a pobreza relativa, verificaremos ainda que estamos num quadro de desigualdade bastante elevado, sobretudo quando se compara países com o nível per capita equivalente ao do Brasil.

IHU On-Line - A reorganização do capitalismo iniciada no governo Lula tende a mudar de acordo com o resultado das eleições?

Marcio Pochmann - Essa talvez seja uma das principais respostas que a população gostaria de ouvir dos candidatos à presidência da República. Neste ano, estamos diante de um debate sobre o que se espera do Brasil para os próximos anos, ao contrário de outros anos eleitorais, em que se discutia o passado. Nesse sentido, a discussão sobre o futuro nos remeteria ao que se espera de cada um dos candidatos no sentido de propor e conduzir seus governos. De parte dos candidatos da oposição, nós possivelmente teremos visões diferenciadas que ainda tentarão repor a proposta de reorganização do capitalismo sem o Estado, ou com o Estado com atuação bem reduzida. Seria a volta do ideário dos anos 90. Podemos ter também uma visão de desenvolvimento sem crescimento econômico, porque se parte de uma visão de que o desenvolvimento é antiambiental. Então, não estão muito claros os posicionamentos dos debates eleitorais. Com o passar do tempo, ficará claro que há visões muito diferenciadas de como organizar o Estado e a economia nacional em termos de avanços sociais para a população.

LEIA MAIS...

>> Confira outras entrevistas concedidas por Marcio Pochmann à IHU On-Line. Acesse em www.ihu.unisinos.br.

* *O efeito dominó da crise financeira internacional*. Publicada em 27-9-2008 e disponível no endereço <http://migre.me/piIP>;

* *Trabalho imaterial e redução da jornada de trabalho*. Publicada em 28-4-2008. Acesse em <http://migre.me/piKC>.

De um capitalismo selvagem para um capitalismo decente: a evolução brasileira

A única maneira de fazer política social no Brasil, “num país que tem fortíssima dominação da direita mais tradicional”, assinala o economista Ladislau Dowbor, é fazer uma política distributiva e, ao mesmo tempo, assegurar vantagens substanciais para as elites

POR PATRICIA FACHIN

O capitalismo mundial está se reorganizando, e, com isso, “há uma concentração fantástica de poder corporativo num plano internacional, o que gera uma ameaça tremenda, porque não há a correspondente capacidade de regulação internacional: não temos um governo mundial”, enfatiza o economista Ladislau Dowbor, na entrevista que segue, concedida por telefone à **IHU On-Line**. No Brasil, o reflexo desse processo se torna visível porque existe a formação de uma concentração de empresas, menciona o economista. Isso “aparece na imprensa com a justificativa de que se estão consolidando grupos nacionais para poder fazer frente aos grandes grupos mundiais”. Entretanto, assegura, com tal processo “se liquida a concorrência e termina tendo, evidentemente, o reforço da monopolização no país”. E argumenta: “reforçar a capacidade articuladora do Estado é uma coisa bastante evidente, agora, isso não significa um Estado mais dirigista. Significa um equilíbrio a ser restabelecido não só entre o Estado e a corporação, mas entre estes e a sociedade civil organizada”. Por outro lado, Dowbor aponta que, na sociedade brasileira, o Estado tem incentivado, de forma significativa, pequenas e médias empresas, além de criar um conjunto de programas que estimularam a redistribuição de renda no país, o que dá ao capitalismo outro sentido. “Está havendo menos uma reorganização do capitalismo”, e mais “uma evolução de um capitalismo selvagem para um capitalismo mais decente”.

Ladislau Dowbor é graduado em Economia Política pela Université de Lausanne (Suíça), com especialização em Planificação Nacional pela Escola Superior de Estatística e Planejamento, onde fez o mestrado em Economia Social e doutorado em Ciências Econômicas. Atualmente, é professor na PUC-SP. Ele mantém um blog na Internet, onde publica artigos e estudos. O endereço é <http://dowbor.org/>. De suas publicações, citamos *O que acontece com o trabalho?* (São Paulo: Editora Senac, 2002), *Democracia Econômica - alternativas de gestão social* (Petrópolis: Vozes, 2008) e *Formação do Capitalismo no Brasil - Ensaio Teórico* (São Paulo: Brasiliense, 2010). Confira a entrevista.

IHU On-Line - Está havendo uma reorganização do capitalismo? Que fatos demonstram isso?

Ladislau Dowbor - Todo o capitalismo mundial está se reorganizando, e isto está preso a alguns fatores: primeiro, a evolução para a sociedade do conhecimento em que trabalhamos com outras relações de produções. O conhecimento, como fator de produção, é um bem cujo estoque não se reduz com o

uso, pelo contrário, quanto mais multiplicamos o conhecimento, mais as coisas evoluem. Segundo, temos uma mudança do sistema por causa da crise financeira que escancarou o grau de desorganização e de irresponsabilidade, fraude, inclusive, com todos os grandes bancos utilizando caixa dois, o que está levando a um repensar sistêmico. Nós temos também uma compreensão da profundidade da visão

keynesiana em termos de dinamização econômica. Então, o pano de fundo está mudando.

Ainda temos panos de fundo mais amplos: o fato de que a economia está globalizada, e não existem instrumentos de regulação planetária, por exemplo. Os instrumentos de governo são de Estados, ou seja, aproximadamente 192 Estados no planeta estão buscando seus interesses, e isso não resolve

problemas globais como o aquecimento climático, a destruição da vida nos mares, a liquidação da cobertura florestal do planeta, esterilização de solos por excesso de quimização. Todos os grandes grupos internacionais estão arrancando o que podem e quando podem, e o mecanismo de mercado, em vez de nos proteger, nos condena. Quando os recursos estão acabando - veja o caso dos peixes nos mares -, há uma corrida para ver quem chega primeiro. Esse é o caso também dos recursos florestais e de outros bens naturais limitados.

IHU On-Line - Isso é o que o senhor chama de perda da governança econômica?

Ladislau Dowbor - Exato. Gerou-se uma consciência de perda de governança econômica, social e ambiental, em particular, de maneira generalizada. Quando os governantes inventam um G22,¹ uma reunião de Copenhague² e outras reuniões internacionais diversas, tentam suprir com encontros uma ausência de instrumentos repetitivos de governança planetária. A estrutura da Organização das Nações Unidas - ONU está ultrapassada, já existe há 60 anos, e o planeta mudou. A base de todo o sistema está se deslocando, e isso não significa uma superação necessária desse sistema, e sim o fato de que há um ajuste, reajuste ou reorganização do sistema capitalista.

Capitalismo humanizado: o caso brasileiro

Do lado brasileiro, está havendo menos uma reorganização do capitalismo e mais, a meu ver, uma evolução de um capitalismo selvagem para um capitalismo mais decente. Basicamente, nós temos, em termos crescentes, redistribuição de renda

¹ G22: grupo constituído pelo G8 e outros 14 países, criado em novembro de 1997. A intenção era de estabelecer uma programação de reuniões entre ministros das finanças e presidentes de bancos centrais para discutir questões pertinentes ao sistema financeiro global. Foi sucedido pelo Grupo dos 33 (G33) e, depois, pelo Grupo dos 20 (G20). (Nota da IHU On-Line)

² Sobre o tema, confira a edição 311 da Revista IHU On-Line, de 19-10-2009, disponível para download em <http://migre.me/qjPk>. (Nota da IHU On-Line)

“Quando os governantes inventam um G22, uma reunião de Copenhague e outras reuniões internacionais diversas, tentam suprir com encontros uma ausência de instrumentos repetitivos de governança planetária”

sob várias formas: aumento da massa salarial, do salário mínimo, das aposentadorias. Além disso, existem programas como o Bolsa Família, Programa Universidade para Todos - ProUni, Luz para todos, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, ou seja, um conjunto de incentivos que estão redistribuindo a renda e tornando o capitalismo menos injusto. Esse é um avanço bastante significativo, mas não se deve exagerar no que isso significa. Há avanços muito significativos também na área ambiental. Digamos que o país começou a proteger seus recursos, e isso é particularmente sensível com a situação da Amazônia: o desmatamento caiu de 28 mil Km² para 7 mil Km². Continua sendo um desastre, a mata Atlântica continua sendo prejudicada. Mas, no conjunto, há avanços. Então, não diria que há uma reorganização do capitalismo, e sim uma humanização dos desequilíbrios mais gritantes.

IHU On-Line - Diante dos acontecimentos da recente crise internacional, como o senhor avalia a participação do Estado brasileiro no financiamento de grupos privados sólidos através de financiamento? O que isso sinaliza para o país?

Ladislau Dowbor - Os grandes grupos de especulação financeira internacional descobriram que o Estado não é

tão mau. Num momento de crise, conseguiram basicamente transferir os rombos, devido à especulação na área privada, para os governos, e esses, em particular os dos EUA, estão tentando imaginar como vão arcar ou redistribuir esse gigantesco déficit acumulado. Isso mostra que o problema não foi resolvido, mas transferido para nível de governo e está se dando uma socialização das perdas. Nesse sentido, voltou-se a uma visão keynesiana do papel do Estado como dinamizador da conjuntura, como promotor de uma política anticíclica. Isso é amplamente insuficiente. Tivemos no quadro do Fórum Social Mundial, em Salvador, um conjunto de reuniões com especialistas nacionais e internacionais para discutir qual é o tamanho dos desafios. Se juntamos o tamanho do desemprego, subemprego, ou setor informal - no Brasil, ele corresponde a 51% -, os problemas da mudança do paradigma energético produtivo do planeta, com o esgotamento gradual do petróleo, e, obviamente, o conjunto dos problemas da desigualdade, percebemos que estamos com desafios que são imensos e uma mudança em termos de organização e de capacidade de intervenção do Estado amplamente insuficientes.

IHU On-Line - Ainda no caso brasileiro, o Estado está desempenhando uma função reguladora do mercado, ou com a atual política econômica está criando monopólios em diversos setores como o petroquímico ou alimentício, para citar alguns?

Ladislau Dowbor - Cada vez mais, o caso não é só brasileiro. A formação de gigantes grupos internacionais envolve os grupos da mídia, que são meia dúzia no nível do planeta e as grandes organizações financeiras. Na realidade, há uma concentração fantástica de poder corporativo num plano internacional, o que gera uma ameaça tremenda, porque não há a correspondente capacidade de regulação internacional: não temos um governo mundial. Então, se um país os questiona, eles vão simplesmente para outra nação. Essa prática gerou o desequilíbrio entre poder corporativo e poder do Estado. Algumas corporações têm um PIB muito maior do que gran-

de parte dos Estados do planeta. No Brasil, temos o reflexo desses processos porque existe a formação de uma fantástica concentração de empresas. Veja, por exemplo, a situação da intermediação financeira comercial no Brasil: temos aqui basicamente cinco grupos que controlam tudo. Temos a produção de cerveja, os grandes grupos que controlam o setor do agronegócio, como a Cargill Brasil, a Bunge, a Monsanto. E essa concentração aparece na imprensa com a justificativa de que se estão consolidando grupos nacionais para poder fazer frente aos grandes grupos mundiais. Assim, se liquida a concorrência e termina tendo, evidentemente, o reforço da monopolização no país. Reforçar a capacidade articuladora do Estado é uma coisa bastante evidente, agora, isso não significa um Estado mais dirigista. Significa um equilíbrio a ser restabelecido não só entre o Estado e a corporação, mas entre estes e a sociedade civil organizada. Trata-se também de passar a responder de maneira muito mais ativa às necessidades da população.

IHU On-Line - E o que dizer do Estado enquanto investidor, que investe em grandes obras, principalmente no setor de energia? Que papel o PAC desempenha nesse processo?

Ladislau Dowbor - O papel do Estado, no caso do PAC, está sendo basicamente de assegurar infraestruturas que são necessárias para o desenvolvimento de todos os setores da economia. Quando se realizam esses investimentos, promove-se o mercado interno, aumentam os salários, consumo, dinamizando a produção de bens de investimento. Assim, protege-se o Brasil da crise. Podemos dizer que melhora a situação econômica porque se geram economias externas para as empresas ao dotá-las de melhores infraestruturas. Também se cria uma situação conjuntural mais favorável porque aumenta a demanda agregada dos bens, salários e equipamentos necessários que acompanham os investimentos.

PAC social

O PAC também tem a dimensão so-

cial, que responde ao principal desafio brasileiro: o gigantesco atraso social que sofremos. Somos uma economia moderna com estruturas de distribuição e de participação política absolutamente primitivas. O PAC social, por exemplo, quando faz investimento de saneamento básico - que é um avanço importante -, melhora drasticamente a situação dos pobres, que, em geral, estão nas partes menos salubres das áreas urbanas ou rurais. Quando se investe R\$ 1,00 em saneamento, economiza-se R\$ 4,00 com doenças. Essa é a ordem de grandeza. Então, na realidade, se está liberando recursos para outras atividades. O PAC também tem uma terceira reorientação de estratégia econômica de longo prazo. Veja que temos grandes investimentos, atualmente, na área de estaleiros navais, de ferroviária, que são grandes infra-

**“Não diria que há
uma reorganização do
capitalismo, e sim uma
humanização dos
desequilíbrios mais
gritantes”**

estruturas absolutamente necessárias. Um passageiro transportado no metrô usa 26 vezes menos combustível do que um passageiro que anda de carro. Esse é o grau de diferença de economia gerada. No Brasil, transportamos três quartos da nossa mercadoria por caminhão. Num país de grande distância, que transporta soja, material de construção, produtos de pouco valor por unidade de peso/volume, isso sai extremamente caro. É incomparavelmente mais barato transportar por trem e muito mais barato ainda transportar por água. Quase todos os centros econômicos brasileiros, com exceção da região mineira de Belo Horizonte, são atlânticos. Então, na realidade, o transporte por água torna todo o nosso sistema de transporte mais barato

para as mercadorias. A construção dos grandes eixos ferroviários também vai baratear muito as transações internas. Então, de certa maneira, estamos, gradualmente, gerando uma redução dos chamados custos Brasil. A orientação de transportar tudo por caminhão não é uma orientação do Brasil, ela faz parte do Plano Salte,³ de 1948. Foram as grandes empresas montadoras que empurraram a opção do caminhão. Isto está sendo corrigido.

Investimentos a longo prazo

Muitos criticam o Bolsa Família, mas ele é imensamente significativo e mostra a diferença entre uma nova geração que teve infância com comida ou sem comida. Isso é imenso em termos de investimento no futuro do Brasil. Nós temos o Territórios da Cidadania, que tem R\$ 22 bilhões para dinamizar os municípios mais pobres; temos o Pronaf,⁴ que dispõe de R\$ 13 bilhões para apoiar o pequeno e médio agricultor; tivemos uma expansão de 11 milhões de postos de trabalho; o aumento da capacidade de compra real do salário mínimo, que foi de 53%, e isso atingiu basicamente 26 milhões de pessoas e mais 18 milhões tiveram a aposentadoria reajustada em parte pelo salário mínimo. Então, quando se analisa esse conjunto redistributivo, se vê que esse país tem uma política articulada. Digo isso com tranquilidade porque faço para as Nações Unidas avaliações de políticas econômicas, e isso não significa agitar bandeiras de uma cor ou de outra. Esse país está se mexendo, dinamizando-se

³ Plano SALTE: iniciais de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia, foi um plano econômico lançado pelo governo brasileiro de Eurico Gaspar Dutra. O objetivo do SALTE era estimular o desenvolvimento de setores de saúde, alimentação, transporte e energia. Foi apresentado ao Congresso por mensagem presidencial em maio de 1947 e os recursos para sua execução viram de empréstimos externos e da receita federal. Acabou sendo abandonado em 1951 por não terem sido alcançados os objetivos pretendidos. (Nota da IHU On-Line)

⁴ Pronaf: Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar. É uma política pública brasileira. Foi criada em 1996 pelo Decreto 1.946 e possui como objetivo promover o desenvolvimento sustentável aos agricultores de pequeno porte e que empregam mão-de-obra majoritariamente familiar. (Nota da IHU On-Line)

pela base tanto em termos de acesso à renda, como em termos de micro-financiamentos, de grandes infra-estruturas e infraestruturas sociais. Vejo que algumas pessoas passaram tantas décadas falando mal de qualquer governo e quando aparece um governo bom, não conseguem se reciclar. Não entendem que está acontecendo uma coisa positiva. Esses são “macacos velhos” em termos de análise política e não sabem distinguir demagogia de realizações. E o Brasil tem realizações.

IHU On-Line - É isso, entre outros fatores, que justifica a popularidade do Brasil no cenário internacional?

Ladislau Dowbor - Por que o Brasil está sendo tão popular nesse sentido, mundialmente? Não é simplesmente porque o Lula é simpático, mas porque grande parte do planeta tem as nossas mazelas, e pelo fato de que, contrariando todos os dogmas do neoliberalismo, estamos redistribuindo renda e isso não está gerando inflação. Estamos passando recursos para os pobres, e eles estão agilizando suas atividades. Na realidade, os investimentos feitos via Estado estão sendo muito mais racionais, porque são planejados, do que os interesses privados que levaram a transporte por caminhão e opção rodoviária absurda. Esse está se tornando um modelo que, relativamente às bobagens do Consenso de Washington,⁵ aparecem não ideológicas, mas, essencialmente, como pragmáticas e de consenso.

IHU On-Line - Mas o PAC vai, de alguma maneira, na contramão da crise ecológica?

Ladislau Dowbor - Os nossos grandes problemas ecológicos são basicamente as queimadas e o péssimo uso que fizemos de recursos de transporte. Nós temos uma matriz energética basicamente limpa, e temos uma perspectiva de bicombustíveis que não pressionam cereais, porque é baseado em cana-de-açúcar, que exige, em termos de território, espaços bastante limitados. Temos muitos espaços a ocupar, somos a maior reserva de terra parada no planeta. No conjunto, o país está evoluindo muito bem.

Desafios ambientais

Lutar com muita força contra as hidroelétricas não é de bom senso. Se uma hidroelétrica está mal calculada e se sabemos com que força determinadas empreiteiras empurram deter-

“Somos uma economia moderna com estruturas de distribuição e de participação política absolutamente primitivas”

minados projetos, aí é outra coisa. Mas, de modo geral, opor-se a esse tipo de energia não faz parte do bom senso. Na área ambiental, temos de enfrentar o desmatamento e controlar o pessoal da soja, do gado, do desmatamento florestal e suas conexões com os grandes grupos compradores. Temos que apontar com tremenda força os problemas da agressão ambiental no Cerrado e na Caatinga. Esses são sistemas ecológicos frágeis e estão sendo muito atingidos. Temos que olhar com muita atenção a compra de gigantescas áreas de terras. Os grupos especulativos que antes investiam em papel, agora estão investindo em terra, porque sabem que no futuro todo mundo vai precisar de alimento e de água. Isso sim é um problema ambiental a longo pra-

zo. Temos, em particular, a situação trágica ambiental das populações nas grandes metrópoles. Essas pessoas vivem à beira de grandes esgotos. Na realidade, é sempre importante juntar a dinâmica ambiental e a social. É isso que dá bom resultados.

IHU On-Line - Quais os prós e contras do atual nacional-desenvolvimentismo de Lula para a economia real brasileira? No caso de vivenciarmos uma nova crise financeira, qual é o impacto desse modelo?

Ladislau Dowbor - O Estado não deve incentivar grandes grupos nacionais. Minha visão é de que o Estado tem apoiado muito mais os pequenos empreendimentos. Temos problemas na área dos grandes bancos, do setor farmacêutico, dos grandes grupos do agronegócio, e, a meu ver, o Brasil está maduro para ter um sistema mais sólido. Agora, volto a dizer, isso não é uma substituição do capitalismo. Estamos simplesmente reduzindo as suas características mais desumanas: a concentração de renda; e as mais burras: a destruição do meio ambiente. Uma coisa indireta desse governo é que ele está se dotando de mecanismos de regulação. Se olharmos para o governo anterior, os mecanismos de regulação foram essencialmente cooptados. A proposta de Fernando Henrique Cardoso era privatizar, mas fazer um sistema, um tipo de câmara com grandes agências reguladoras, que controlam os excessos desses grupos. Na verdade, as agências reguladoras foram cooptadas porque os grupos são poderosos, e o Brasil está à procura de um mecanismo de regulação de grandes grupos que possa funcionar. A meu ver, a prazo, essa capacidade reguladora do Estado é interessante para esses grandes grupos. Não podemos continuar salvando eles, porque são as prioridades do país que devem prevalecer. A prioridade do país não é por mais carros nas ruas, é assegurar a universalização da saúde, saneamento básico, a redução da dimensão da informalidade na economia. É importante entender que o setor privado se sente bem à vontade e

⁵ **Consenso de Washington:** conjunto de medidas composto por dez regras básicas, formulado em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras baseadas em Washington D.C., como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, fundamentadas num texto do economista John Williamson, do International Institute for Economy, e que se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990, quando passou a ser “receitado” para promover o “ajustamento macroeconômico” dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades. (Nota da IHU On-Line)

eficiente quando se trata, por exemplo, de produzir sapatos, colocá-los num container e despachá-los para os mercados. Agora, as grandes áreas de atividade não estão mais no setor industrial. Elas estão nas chamadas políticas sociais: saúde, educação, lazer, cultura, habitação, segurança. São formas de organização social participativa. Nisso, as empresas privadas são pouco eficientes. Daí a presença maior do Estado.

IHU On-Line - O Brasil tem um modelo econômico consolidado? Em que ele é baseado?

Ladislau Dowbor - A única maneira de fazer política social no Brasil, num país que tem fortíssima dominação da direita mais tradicional, é ao mesmo tempo em que se faz uma política distributiva, assegurar vantagens muito substantivas para as elites. É isso que esse governo tem feito, é isso que viabiliza em termos de modelo. Temos a triste memória de João Goulart,⁶ que tentou aumentar o salário mínimo em 1964. E as elites, em nome da democracia, fizeram o que fizeram. Na realidade, nós estamos restabelecendo um equilíbrio. Com o tempo, teremos que evoluir não para respostas ideológicas, mas para respostas práticas. Por exemplo: a mídia tem de ser democratizada. Temos inúmeras formas de comunicação que estão surgindo. Não é à toa que recentemente os grandes grupos da mídia se reuniram para tentar, em nome da liberdade de imprensa, manter o oligopólio. Temos que assegurar o acesso generalizado e gratuito à banda larga e Internet. Enfim, percebo um conjunto de elementos que me faz dizer que estamos avançando pela primeira vez e com força na direção certa. Mas o atraso é tão grande, que temos de fazer andar mais rápido.

IHU On-Line - A governança do Brasil

⁶ João Belchior Marques Goulart (1919-1976): conhecido popularmente como “Jango”, foi um político brasileiro e o 24º presidente de seu país, de 1961 a 1964. Antes disso, também foi vice-presidente, de 1956 a 1961, tendo sido eleito com mais votos que o próprio presidente, Juscelino Kubitschek. (Nota da IHU On-Line)

**“A prazo, essa
capacidade reguladora
do Estado é
interessante para esses
grandes grupos. Não
podemos continuar
salvando eles, porque
são as prioridades do país
que devem prevalecer”**

é difícil?

Ladislau Dowbor - A tão difícil governança do Brasil se deve a uma representação extremamente deformada em termos de representação política. Hoje, basicamente, uma pessoa para ser eleita precisa ter apoio de grandes recursos vindos de corporações, e, com isso, as corporações exercem as suas bancadas. Nós temos a bancada ruralista, muito ligada aos interesses do agronegócio e com os grandes grupos internacionais como a Monsanto; temos a bancada da mídia; a bancada dos bancos; a bancada das empreiteiras. Enfim, só não temos a bancada do cidadão. É vital resgatar a representação política no Brasil no sentido de financiamento público igualitário das campanhas, porque, com isso, vamos eleger um candidato em função do programa que ele apresenta, e não de quantas camisetas ele consegue distribuir nos bairros pobres. Isso não vai custar nada ao bolso do contribuinte, porque, de qualquer maneira, quando a empresa repassa dinheiro para eleger um político, ela repassa isso para o preço, e nós pagamos de todo jeito. Acho que o saneamento do nosso modelo representativo político, no sentido de melhorar a representação cidadã, é vital para equilibrarmos as coisas. Vejo isso por acompanhar a imensa dificuldade de aprovar projetos importantes para o país. Isso acontece porque se está negociando

por trás dos políticos com grandes corporações que estão simplesmente defendendo seus interesses.

IHU On-Line - O resultado das eleições pode mudar o curso da condução da política econômica e social?

Ladislau Dowbor - O PSDB, que tem muita gente de qualidade, está se prestando a um papel um pouco lamentável, de porta-voz de visões de direita e de gente que quer puxar as coisas para trás e não para frente. A candidatura de Dilma,⁷ a meu ver, é protegida pela continuidade de um modelo que deu certo. Nós temos que levar em consideração também que o presidente Lula, deixando esse governo, não deixa de ser a grande referência política em termos de visões e rumos do país, e vai ser escutado não só no Brasil como no cenário internacional. Isso porque ele mudou realmente um modelo que, por mais precário que seja relativamente a grandes ideais que podemos ter, está dando certo. Não acredito em nenhuma das ameaças em torno da candidatura de Dilma, que é um pouco parecida com o que se fazia com a primeira eleição do Lula. Enfim, é um repicar de coisas que não tem nenhum sentido. O Brasil está num bom rumo, e a perspectiva é de continuidade política.

LEIA MAIS...

Ladislau Dowbor já concedeu outras entrevistas à IHU On-Line. O material está disponível na página eletrônica do IHU (www.ihu.unisinos.br).

- “A construção do conhecimento é um processo colaborativo”. Entrevista publicada em 27-11-2009 e disponível no link <http://migre.me/pagD>;
- A crise financeira e o impacto ambiental. Entrevista publicada em 6-11-2008 e disponível no link <http://migre.me/pahr>;
- Catástrofe em câmara lenta. Voltar ao bom senso. Eis o desafio! Publicada em 18-5-2008 e disponível no endereço eletrônico <http://migre.me/paiq>;
- A inclusão produtiva como alternativa para o Brasil. Publicada em 8-7-2006 e disponível em <http://migre.me/paji>.

⁷ Dilma Rousseff: economista e política brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT). Atualmente é ministra-chefe da Casa Civil e a candidata apoiada pelo atual governo para as eleições à Presidência da República, em 2010. (Nota da IHU On-Line)

Terceira etapa do desenvolvimento. Eis o desafio brasileiro

Segundo o jornalista Luis Nassif, o país precisa entrar na terceira etapa do desenvolvimento brasileiro, que consiste na necessidade de o Estado possuir uma visão estratégica

POR PATRICIA FACHIN

O modelo econômico brasileiro se baseia no mercado de massa, o qual, na opinião do jornalista Luis Nassif, “tem permitido às empresas brasileiras se capitalizarem e passarem a atuar no exterior”. Na entrevista que segue, concedida, com exclusividade, por telefone, para a IHU On-Line, ele analisa a internacionalização das empresas brasileiras e afirma que “elas se lançam para o exterior sem estarem subordinadas a uma visão de país”. Nesse processo, menciona, o BNDES e o Estado deveriam atuar como reguladores, exigindo, por exemplo, que “a partir do momento em que um grupo nacional começa a atuar no exterior, ele deve estimular a penetração de produtos das pequenas e médias empresas, além de levar os fornecedores brasileiros para o mercado internacional, de modo que eles também consigam crescer lá”. Falta, no Brasil, segundo ele, uma visão estratégica de desenvolvimento. “Quando se tem uma visão estratégica bem montada, é possível saber qual é o papel do Estado, a função da grande empresa, da associação empresarial, dos sindicatos, da pequena e média empresa. Essa amarração só pode ser feita quando se tem um plano que integra todos esses planos”. Na opinião do jornalista, um dos motivos que justifica a atual condução do Estado na política econômica é o fato de os grupos acadêmicos que ascendem à política econômica terem uma visão de país que, às vezes, é incompleta. Ele explica: “Não se mudou essa lógica, ainda, porque a pequena e média empresa não fazem parte do jogo político (...), os nossos economistas ainda não entenderam essa visão integrada. Ainda persiste aquela visão anacrônica de que focar na grande empresa financeira ou industrial é suficiente para o crescimento do país”.

Luis Nassif é jornalista e diretor superintendente da Agência Dinheiro Vivo. Além disso, desempenha as funções de comentarista econômico da TV Cultura, é membro do Conselho do Instituto de Estudos Avançados da USP e do Conselho de Economia da FIESP. É autor de *Os cabeças-de-planilha: como o pensamento econômico da era FHC repetiu os equívocos de Rui Barbosa* (Ed. Ediouro, 2007) e também atualiza, diariamente, um blog na Internet: <http://colunistas.ig.com.br/luisnassif/> Confira a entrevista.

IHU On-Line - O capitalismo brasileiro está sendo reorganizado? Que fatores demonstram isso?

Luis Nassif - Os principais aspectos dessa mudança são: primeiro, a emergência de uma nova classe social de consumo, ou seja, a entrada da classe C e D no mercado. Isso criou uma nova base de consumidores e foi essencial para o país poder superar com menos trauma a crise internacional. O segundo aspecto é a interiorização do desenvolvimento: pela primeira vez, as regiões de dinâmica de crescimento

estão se situando no interior do norte, nordeste, centro-oeste e cidades médias do sudeste. O terceiro diz respeito à internacionalização das empresas brasileiras: muitas organizações estão se tornando multinacionais. O quarto aspecto está relacionado ao mercado de capitais e aos sistemas de capitalização, de formação de poupança para o mercado de capitais. Aí entram os fundos de pensão e de investimentos. O quinto aspecto é a questão da bioenergia, que deve ser o grande fator de inovação tecnológica das próximas

décadas, e que permitirá ao Brasil entrar, pela primeira vez, numa onda tecnológica global em condições de competir e de liderar.

IHU On-Line - A partir disso, o Brasil está consolidando que perfil de modelo econômico?

Luis Nassif - O Brasil está consolidando uma fase do atual modelo econômico, mas com muitas vulnerabilidades. O modelo econômico se baseia fundamentalmente na questão do grande mercado de massa, o qual tem permitido às

empresas brasileiras se capitalizarem e passarem a atuar no exterior. Ele não se completa porque tem alguns vícios que não foram corrigidos ao longo dos anos. Um deles consiste na permissão da conglomeração das empresas brasileiras. Ou seja, elas atuam no mercado interno, conglomerizam-se, derrubam a concorrência, os fornecedores, e, com isso, conseguem aumentar a sua taxa de lucro. A partir daí, elas se lançam para o exterior sem estarem subordinadas a uma visão de país. Em que consiste uma visão de país, nesse sentido? Consiste em uma empresa nacional atuar no exterior e, assim, conseguir vender mais, gerar mais empregos internos, fortalecer a cadeia produtiva. Mas isso não está acontecendo.

Apoio nacional, benefício internacional

As empresas passam a atuar no exterior graças ao impulso que recebem do mercado interno. Entretanto, compram empresas no mercado externo e geram empregos e crescimento nos países onde atuam, e não no Brasil. Então, há “uma perna capenga” nesse processo, que foi inaugurado no governo Fernando Henrique Cardoso, quando ele privilegiava esses novos grupos financeiros que entravam no mercado e adquiriam empresas. Agora, o BNDES está fazendo isso com frigoríficos e outras empresas. Essa política pode ser boa para as empresas, mas, para o país, não é. Veja o caso das empresas globais de laranja: criamos empresas que controlam o mercado mundial de suco de laranja, mas o que acontece com os fornecedores brasileiros? São esmagados, porque existe um sistema de cartel. Por isso, essa riqueza das empresas não melhora em nada a situação interna. Faltam ações para completar esse ciclo de usar o mercado interno para alavancar as vendas do Brasil para o mercado externo.

IHU On-Line - Que ações seriam necessárias?

Luis Nassif - O BNDES e o Estado deveriam exigir um compromisso dessas empresas e fazer um acordo com elas. A partir do momento em que um grupo nacional começa a atuar no exterior,

ele deve estimular a penetração de produtos das pequenas e médias empresas, além de levar os fornecedores brasileiros para o mercado internacional, de modo que eles também consigam crescer lá. Ainda não temos essa visão do interesse nacional. Existem duas maneiras de analisar a compra de várias empresas no exterior por uma organização nacional: às vezes, uma organização adquire uma empresa, mas está de olho no mercado desta instituição, no sentido de aumentar as exportações. Isso é bom para o Brasil. Mas também existe outro modelo, que consiste em comprar uma organização no exterior e produzir apenas lá, porque é mais barato. Isso atrapalha a

“As empresas passam a atuar no exterior graças ao impulso que recebem do mercado interno. Entretanto, compram empresas no mercado externo e geram empregos e crescimento nos países onde atuam, e não no Brasil”

produção interna. Dessa maneira, não basta para um país ter empresas multinacionais. Elas precisam estar subordinadas a uma estratégia de país.

IHU On-Line - E a que o senhor atribui essa falta de valorização nacional? O que é preciso para tornar real esse projeto?

Luis Nassif - A uma falta de visão estratégica. Nós saímos do período FHC e do primeiro governo Lula, onde qualquer intervenção do Estado era vista como maléfica. Isso era algo imbecilizante porque qualquer país do mundo, para virar potência, precisa de uma visão estratégica coordenadora do Estado. No

Brasil, se começou a recuperar o papel do Estado com o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e com ações que ajudaram a minimizar a crise. Agora, o país precisa entrar na terceira etapa do desenvolvimento brasileiro, que consiste na necessidade de o Estado possuir uma visão estratégica. A segunda etapa, a qual me referi no início desta resposta, constitui quase que uma visão defensiva. Foram feitos alguns ajustes para melhorar a eficiência dos investimentos; o PAC permite melhorar os gargalos, mas ainda falta o ponto central, ou seja, a visão estratégica. Quando se tem uma visão estratégica bem montada, é possível saber qual é o papel do Estado, a função da grande empresa, da associação empresarial, dos sindicatos, da pequena e média empresa. Essa amarração só pode ser feita quando se tem um plano que integre todos esses planos. O discurso do presidente Lula, no último ano, vem nessa direção. Essa visão é correta. Temos de ter todos esses fatores atuando ao mesmo tempo. Não se pode fazer como fez Fernando Henrique Cardoso, ou como faz o BNDES hoje, que acreditam que basta dar apoio para as grandes empresas nacionais, e elas conduzirão o processo de desenvolvimento.

IHU On-Line - O BNDES desempenhará que papel nessa terceira etapa?

Luis Nassif - O BNDES será, nesse processo, o ponto desse lançamento desenvolvimentista. Hoje, a visão do Banco ficou muito focada em jogar bastante dinheiro para grandes empresas, com o objetivo de criar multinacionais brasileiras. Quando ele dá um montante monumental para os frigoríficos, o que ele pretende? O que o Brasil ganha com isso? O país só pode ganhar algo se esse processo significar aumento das exportações para o mercado internacional, se for possível criar mercado para outros produtos, se fortalecer o produtor brasileiro para que ele consiga ter mais renda. Mas essa contrapartida não se exige. Então, o BNDES vai ter de, num determinado momento, trabalhar não apenas com essa visão da superempresa. Essas organizações são um meio para se atingir o desenvolvimento, mas o BNDES as transformou num fim.

IHU On-Line - O Banco Central já anunciou que irá aumentar, em breve, as taxas de juros. O que isso significa na atual conjuntura e como impacta nessa visão de plano estratégico a que o senhor se refere?

Luis Nassif - Os efeitos disso não aparecem de imediato e só atrasam os planos de investimentos das empresas. Quando uma organização tem uma expectativa de crescimento do consumo, ela faz um investimento e, na medida em que ele aumenta, cresce também o consumo, sem pressão inflacionária. Então, cada vez que o Banco Central anuncia que irá mudar a taxa de juros, todas as empresas “brecam” e se continua com esse processo de dinheiro que sai do orçamento para a dívida pública, o qual poderia ser aplicado em infraestrutura. Esse sistema do Banco Central é escandaloso, porque, em qualquer hipótese, eles ficam esperando a primeira oportunidade para inventar um âlibi para reajustar os juros. Quando veio a crise, com a economia em baixa, a tendência seria o Banco Central reduzir os juros, mas ele os manteve. E quando a economia começa a se recuperar, ele aumenta os juros. Então, isso é algo maluco. Esse é um ponto que o próximo presidente terá de encarar: tirar esse poder absurdo do Banco Central de praticamente definir a política econômica.

IHU On-Line - Especula-se a criação do projeto Ômega no Brasil. Tal programa segue a lógica da internacionalização das empresas?

Luis Nassif - Ter um grande mercado de capitais é importante. No entanto, o ponto central é o seguinte: o mercado de capitais é um meio, não um fim. Pedro Malan¹, por exemplo, no passado, desestimulou a Bolsa de Valores brasileira e estimulou a americana. Isso não significou aumento de nada internamente. Então, os desdobramentos da internacionalização de capitais devem ser pensados, tendo em vista esse objetivo: precisamos de capital no país. Logo, se essa internacionalização das bolsas significar

possibilidade do capital brasileiro e da poupança interna irem para outros países, isso pode ser negativo. Por outro lado, o mercado de capitais tende a desempenhar um papel relevante. Então, é preciso ter cuidado para não deixar isso apenas por conta do mercado de capitais, porque ele vai querer aquilo que for mais rentável, o que, necessariamente, pode não ser o mais lucrativo para o país. Então, o governo e o Ministério da Fazenda têm de entrar mais pesadamente nessa discussão, para que isso signifique trazer poupança para o país.

“Esse é um ponto que o próximo presidente vai ter de encarar: tirar esse poder absurdo do Banco Central de praticamente definir a política econômica”

IHU On-Line - Trata-se do Estado regulador?

Luis Nassif - Esse é o ponto. O interesse das empresas é conseguir dinheiro barato, comprar empresas em todos os lugares, aumentar a rentabilidade. Então, se houver coincidência entre o interesse das empresas com os do Brasil, ótimo. Se não houver, elas vão pensar apenas nas suas vantagens. Isso não é crítica, faz parte da lógica de qualquer empresa. Então, o Estado e o BNDES, na condição de que estão escolhendo setores para serem os vitoriosos da frente, têm a obrigação de atuar também através do planejamento das empresas e exigir que elas cumpram determinados compromissos. Essa é uma medida imposta em qualquer país civilizado. Isso não é interferência indevida; é papel regulador do Estado. Infelizmente, isso não está sendo feito.

IHU On-Line - Por que o Estado tem dificuldade de atuar como regulador?

Luis Nassif - Porque esses grupos acadêmicos que ascendem à política econômica têm uma visão de país que, às vezes, é incompleta. Luciano Coutinho, presidente do BNDES, é muito preparado. Mas a visão dele é a mesma da Unicamp, ou seja, fortalecer os grandes grupos industriais brasileiros. A visão dos economistas da PUC-Rio é fortalecer os grandes grupos financeiros brasileiros. Onde entra, nesse jogo, a pequena e média empresa, a cadeia produtiva de cada setor? Não se mudou essa lógica, ainda, porque a pequena e média empresa não fazem parte do jogo político. Toda a formação desses institutos só consegue entender aquele Brasil que existia na década de 60, que era um país subindustrializado. Naquele contexto, a grande empresa era importante porque representava modernização, tecnologia. Hoje, o país é complexo. Existem diversas cadeias produtivas em todos os lugares. Então, os nossos economistas ainda não entenderam essa visão integrada. Ainda persiste aquela visão anacrônica de que focar na grande empresa financeira ou industrial é suficiente para o crescimento do país.

IHU On-Line - Que papel o PAC joga nessa reorganização do capitalismo?

Luis Nassif - O aspecto mais importante do PAC é pouco difundido. O Brasil, durante 30 anos, desaprendeu a gastar, inclusive o gasto público passou a ser sinônimo de desperdício. Então, nesse período todo, o dinheiro que sobrava do orçamento era usado para alguma obra, que não tinha continuidade. Assim, o primeiro passo importante do PAC consistiu em reorganizar os investimentos do país. Isso significa reconstruir projetos. O segundo ponto importante é que ele está definindo um modo de administração federativa do país. O grande diferencial do PAC, diante dos outros planos, é a articulação entre União, estados e municípios. Todos os governantes repartem os bônus políticos também. Esse é um ponto fundamental para conseguir a adesão dos políticos no projeto. Os políticos se movem de acordo com aquilo que dá projeção política para eles. Então, essa articulação entre União, estados

¹ Pedro Sampaio Malan (1943): engenheiro eletricitista e economista brasileiro, tendo sido professor da Pontifícia Universidade Católica. (Nota da IHU On-Line)

e municípios, que só havia no Sistema Único de Saúde - SUS, foi estendida para a parte de investimentos. Esse é o grande ganho que o país tem, porque este projeto está sendo feito acima dos partidos políticos e cria um clima de colaboração entre as três instâncias.

IHU On-Line - Como o senhor percebe as reivindicações em torno da redução da jornada de trabalho para 40 horas? A centralização do capitalismo brasileiro pode gerar limites em torno desse debate?

IHU On-Line - Esse é um debate complicado. Não sou a favor. Sou favorável à estimulação de sistemas de participação dos trabalhadores nos resultados da empresa, criando uma solidariedade com a instituição. Um dos grandes problemas que se tem hoje para o crescimento brasileiro é o fato de a atividade produtiva da pequena e média empresa estar muito amarrada à falta de acesso ao capital de giro e à tributação elevada. Se essas empresas já têm um orçamento espremido, aumentar o custo da folha significaria fazer uma substituição do pessoal que ganha mais para o que ganha menos e mecanizar funções. Esse é um processo centralizador que atinge só a pequena e média empresa. As grandes organizações são intensivas em capital. Para mim, essas medidas artificiais não são eficazes.

IHU On-Line - Que projeto o senhor vislumbra para o Brasil nos próximos cinco anos?

Luis Nassif - A grande mudança, que já está em curso e irá se completar, será o fim do monopólio da opinião de temas nacionais pela grande imprensa. Está havendo um burburinho de criação de organizações sociais. Esse é um negócio revitalizador fantástico, que se expressa nas conferências de mídia, de cultura. A Internet, rompendo com esse monopólio de mídia, e as ONGS, rompendo com os monopólios dos políticos, irão trazer mudanças essenciais. Algumas poderão ser traumáticas, porque irão retirar os setores que comandaram o país nos últimos anos, dando espaço para uma democratização. Esses próximos anos serão decisivos para o novo desenho de país moderno que estamos esperando.

“O Estado e o BNDES, na condição de que estão escolhendo setores para serem os vitoriosos da frente, têm a obrigação de atuar também através do planejamento das empresas e exigir que elas cumpram determinados compromissos”

IHU On-Line - O resultado das eleições pode representar uma mudança da condução do Estado na política econômica?

Luis Nassif - Independente de quem for eleito, a política monetária será atacada. Lula tem uma estratégia de reduzir conflitos. Ele acha que é preciso alcançar objetivos, reduzindo conflitos porque, do contrário, o país fica ingovernável. Ele tem razão em muitos pontos relevantes. Ele tinha receio de que a mídia e o mercado financeiro poderiam gerar instabilidade política. Então, nesse tempo todo, ele ficou com muito receio de mexer na política monetária cambial. Do lado da imprensa, vejo que acabou aquela influência massacrante que ela tinha. Do lado do mercado, há uma vulnerabilidade com as contas externas brasileiras. Mas resolvendo isso, melhorando o câmbio, o mercado passa a ser de um país estabilizado. Isso vai permitir ao próximo presidente avançar sob esse poder absurdo do Banco Central, e começar a tratar a responsabilidade fiscal sem essa subordinação cega ao Banco Central.

IHU On-Line - E quem conduzirá o Brasil? Dilma, Serra? Marina tem alguma possibilidade?

Luis Nassif - Vou ser abusado: penso que é mais fácil uma competição entre

Dilma e Marina. Estou vendo José Serra se desmanchando. Ele não conseguiu, nesse período, definir um perfil político. Tinha um perfil de centro-esquerda, de repente se alia a uma direita raivosa, muito complicada. Nesses anos que passou em São Paulo, ele poderia sair do estado com um cartão de visitas fantástico. Mudar São Paulo é muito mais fácil do que mudar o Brasil. No estado, estão as melhores universidades, institutos de pesquisa, melhor infraestrutura, melhor rede de cidades médias. Ele não conseguiu articular uma política de inovação. Além disso, adotou um comportamento extremamente autoritário em relação à mídia. Seja quem for o presidente, terá que saber articular com todas as forças da sociedade. Lula deu a receita. E Serra mostrou nenhuma capacidade de diálogo com ninguém. Não dialogou com os sindicatos, entrou em conflito com a universidade, e, quando estourou a crise, demorou quatro meses para receber as associações empresariais, porque ele é o tipo de pessoa que, sob tensão, acaba travando. Ele não tem o menor jogo de cintura para administrar o Brasil.

IHU On-Line - Os outros candidatos terão jogo de cintura?

Luis Nassif - Lula definiu um padrão que será difícil de ser alcançado. Na entrevista que ele concedeu ao *Estado*, disse que Dilma, para conseguir amarrar o PAC, precisou conversar com todos os governadores e prefeitos. Isso demonstra que ela teve jogo de cintura. Quando observamos algumas experiências dela, como a remodelação do setor elétrico, percebemos que ela chegou com uma proposta inicial que não era factível, passou a ouvir os empresários, discutiu, mas acatou as opiniões razoáveis. Todas as empresas que trabalharam com Dilma, veem nela uma figura racional, cartesiana. Ela mostrou coragem para atuar em áreas delicadas e fazer mudanças, mesmo recebendo críticas, até as pessoas perceberem que o que estava sendo feito era algo que tinha uma racionalidade e eficiência. Ela pegou dois pontos fundamentais na constituição institucional do país, que foram o modelo elétrico e o PAC, e não teve medo de ousar e fazer uma aposta no modelo novo.

IHU On-Line - Então, supondo que Dilma vença as eleições, ela dará continuidade à política de incentivo a fusões de grandes grupos nacionais?

Luis Nassif - Hoje, o responsável por essa política é o governo Lula. O governo não avança nesse sentido. Esperamos que mude com ela, mas essa cobrança terá de ser feita, embora ela não tenha ascendência direta sob o BNDES.

IHU On-Line - Mas sob a Petrobras, sim?

Luis Nassif - Na Petrobras é diferente, porque ela é o grande motor da nova política industrial brasileira. A capacidade de compra dela é fantástica. Todos os fornecedores da Petrobras crescem com ela. Ela está investindo no biodiesel, que é uma área social. Assim, ela desempenha um papel revitalizador muito importante. Esse papel dinâmico na economia dá um retorno mensurável para o Brasil. Embora as outras grandes empresas não tenham o tamanho dela, essa deveria ser a política de toda a grande empresa. Lula já percebeu isso, porque ele faz o discurso. Ele cobrou a Vale pelo fato de ela não estar fazendo investimento. A grande empresa nacional tem compromisso com o país. Mas os formuladores ainda não se deram conta de transformar isso numa política de Estado. Esse é um tema inevitável para a próxima etapa.

IHU On-Line - A Petrobras recebeu muitas críticas no início do ano por comprar, junto com o grupo Odebrecht, a Quattor Petroquímica. Essas fusões mistas fazem sentido?

Luis Nassif - Essa é uma situação complicada porque a Petrobras é a grande fornecedora de matéria-prima, então, as petroquímicas dependem da matéria-prima dela. Como ela é a única fornecedora, se a petroquímica não tiver um relacionamento adequado com ela

e um compartilhamento de interesses, acaba sendo inviabilizada. Então, o fato de a Petrobras se associar às petroquímicas brasileiras dá uma capacidade de consolidação muito grande do parque petroquímico brasileiro. Mas aí voltamos a uma discussão de qual é o objetivo final: é ter meramente um grande parque petroquímico? Não. É criar condições competitivas para quem for comprar produtos petroquímicos poder produzir produtos competitivos, que possam ser exportados ou que possam desalojar as importações feitas nesse setor. Então, é essa amarração que está faltando. Agora, o fato de se ter uma empresa pública no capital de todas essas outras empresas também é um facilitador para quando o governo resolver definir essas estratégias. Como a Petrobras está metida no centro de todas as políticas industriais, ela pode ser esse fator indutor, mas acima dela tem que ter um plano estratégico de governo.

É possível conciliar os interesses de todos. Nos anos 90, a Fiat fez um pacto com os fornecedores: disse que não iria competir com outras empresas, e assinou contratos com eles por quatro ou cinco anos, garantindo a compra de um número x de peças. Mas, em contrapartida, exigiu qualidade x e preço y. Desse modo, os fornecedores trabalharam muito para reduzir preços, tendo como garantia a venda da produção. Dentro de alguns anos, a Fiat conseguiu ultrapassar o número de vendas da Volkswagen, que parecia imbatível. Esses acordos são possíveis. Mas só o Estado tem condições de juntar todos os atores para negociar.

LEIA MAIS...

>> Nassif concedeu outras entrevistas à IHU On-Line. Acesse em nossa página eletrônica (www.ihu.unisinos.br).

- *Uma operação para livrar Daniel Dantas do inquérito e do processo.* Entrevista publicada em 4-9-2008 e disponível em <http://migre.me/pCXd>;
- *Lula. "Governo macunainico como foi o de FHC".* Entrevista publicada em 21-5-2007 e disponível no link <http://migre.me/pCXA>;
- *"O maior 'cabeça-de-planilha' hoje é o Lula".* Publicada em 27-4-2007 e disponível no endereço <http://migre.me/pCYO>;
- *Cobertura das eleições. Um festival de horror.* Entrevista publicada em 28-10-2006. Acesse em <http://migre.me/pD00>.



Orações Ilustradas.

Acesse em www.ihu.unisinos.br

Um capital sem pátria e sem marca

Segundo o jornalista Bernardo Kucinski, o capital vende e compra empresas de modo impessoal, sem estar vinculado a um projeto nacional

POR PATRÍCIA FACHIN

Para o jornalista Bernardo Kucinski, a reorganização do capitalismo brasileiro é determinada muito mais por fatores “externos ao país, do que por decisões políticas seja do Estado brasileiro seja do poder econômico”. Na opinião dele, alguns dos aspectos tornaram o Brasil atrativo para o capital estrangeiro: “a descoberta de grandes reservas de petróleo” e “a entrada da China nos mercados mundiais como grande compradora de matérias-primas e fornecedora de bens manufaturados de baixo custo”.

Na entrevista que segue, concedida, por e-mail, à IHU On-Line, Kucinski comenta a formação de grandes grupos econômicos nacionais com potencial de atuação internacional, financiados pelo Estado através do BNDES. Segundo ele, eles estão “deslocados de um projeto nacional de desenvolvimento”. Para ele, o “BNDES tenta formular políticas de fomento e sustentação de cadeias produtivas em setoriais ameaçadas pela globalização.” Entretanto, como as regras são ditadas pelo grande capital, ele não vê outra alternativa no horizonte: “Ou isso é feito ou a empresa sucumbe no mercado global das megafusões.”

Kucinski é jornalista e foi militante estudantil durante o regime militar. cursou doutorado em Ciências da Comunicação na Universidade de São Paulo - USP e é professor aposentado dessa mesma instituição. Ganhou o prêmio Jabuti de Literatura, em 1997. Entre suas obras, citamos *Diálogos da Perplexidade - Reflexões críticas sobre a mídia* (São Paulo: Perseu Abramo, 2009) e *Jornalistas revolucionários. Nos tempos da imprensa alternativa* (São Paulo: Editora da USP, 2003). Confira a entrevista.

IHU On-Line - O capitalismo brasileiro está passando por uma reorganização? Que fatores sinalizam esse processo?

Bernardo Kucinski - As mudanças são determinadas muito mais por fatores fortuitos ou externos ao país, do que por decisões políticas seja do Estado brasileiro seja do poder econômico. A principal mudança no nosso cenário foi a própria eleição de um operário para a presidência. Num país em que o executivo concentra o poder do Estado, a eleição do operário Lula acabou por transtornar as redes estabelecidas de planejamento, diálogo e interação entre Estado e poder econômico. Daí as acusações de “aparelhamento”, que nunca foram formuladas contra governos anteriores. O governo Lula caracteriza-se justamente pela ausência de uma aliança propositiva entre

Estado e poder econômico.

Na era Lula há alguns pactos de não agressão, tanto de um lado como de outro, mas não alianças. Por isso, não há um projeto nacional. Nem é possível haver esse projeto, porque a eleição de Lula é tratada como anomalia. Além disso, o vago ideário do PT, um partido operário tardio, flutua num caldo de cultura predominantemente neoliberal - mesmo depois do “crash” de Wall Street de 2008. O poder econômico não vê a hora de se livrar de Lula. Vejam a presteza com que, num cochilo do governo- acabaram com o CPMF.

O projeto de Lula. Nada a ver com o getulismo

O governo Lula é portador de algumas grandes ideias, como a da maior participação popular no processo decisó-

rio (através das conferências nacionais e outros meios) e na apropriação da renda nacional (através do aumento do salário mínimo); a ideia de erradicar a fome e a miséria absoluta, e principalmente a ideia do crescimento econômico como pré-requisito para tudo isso, embora dentro dos padrões históricos. Se os “50 anos em 5” de JK¹ foram uma revolução, uma ruptura, concebida, planejada e executada por uma parceria estreita Estado-capital, na era Lula, isso é impossível porque o capital não aceita a parceria Lula, apenas a tolera e não vê a hora de se livrar, recuperando seu domínio

¹ Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976): médico e político brasileiro, conhecido como JK. Foi presidente do Brasil entre 1956 e 1961, sendo o responsável pela construção de Brasília, a nova capital federal. Sobre JK, confira a edição 166, de 28-11-2005, *A imaginação no poder. JK, 50 anos depois*, disponível para download em <http://migre.me/qkeQ>. (Nota da IHU On-Line)

direto do aparelho de Estado, através dos quadros clássicos não sindicalistas e muito menos guerrilheiros.

Por isso, não vale a comparação com o getulismo oriundo da Revolução de 30, que trouxe profundas transformações acordadas entre tenentistas e classes dominantes, marcadas pelo nacionalismo, positivismo no trato das riquezas nacionais e o Estado como empreendedor. Cabe alguma comparação com a segunda era Getúlio, na qual são retomadas algumas dessas tendências, mas em oposição ao desejo das forças econômicas dominantes, tanto assim que tudo termina em tragédia, com seu suicídio e sua carta testamento. A crise do mensalão foi a repetição, não como farsa, mas talvez como caricatura, do mesmo choque entre poder econômico e Estado que levou Getúlio à morte. Mesmo depois de demonstrado que a ampliação substancial do consumo popular salvou o país de uma baita crise, ainda assim, o poder econômico rejeita os programas sociais de Lula.

Mudanças visíveis sem melhoras expressivas

O principal fator fortuito das mudanças é a descoberta de grandes reservas de petróleo, o que tornou o Brasil especialmente atraente para o capital estrangeiro e propiciou a criação de uma forte indústria petroleira, incluindo equipamentos.

O principal fator externo é a entrada da China nos mercados mundiais como grande compradora de matérias-primas e fornecedora de bens manufaturados de baixo custo. As consequências para nós são a expressiva valorização das nossas matérias-primas e da principal base de sua produção, nossas terras e riquezas naturais, e, ao mesmo tempo, uma pressão permanente contra ganhos salariais, que não podem ser muito superiores aos dos trabalhadores chineses.

A principal mudança visível foi de uma economia de estagnação e desemprego para uma economia de crescimento e criação de emprego formal em grande escala, embora sem melhor expressiva na recuperação da renda do trabalhador. Melhoras significativas

na redução da miséria na habitação e demarcação de reservas indígenas e ambientais. Melhoras importantes na reestruturação do Estado, desmantelado no governo FHC, especialmente na Polícia Federal e agências ambientais, mas não decisivas e, nem ao que parece, irreversíveis. O legislativo se demoralizou e o judiciário foi se tornando o bastião da resistência conservadora.

Pouco ou quase nada foi feito na logística, em que é mantida a estratégia neoliberal de concessões, embora em termos menos exorbitantes e nada na modernização da política. Também predominou a continuidade nas políticas monetária e fiscal, dada pela manutenção da subordinação do Banco Central ao capital financeiro-bancário e pela nefasta manutenção da Lei de Responsabilidade Fiscal, principal instrumento de

“Na era Lula, há alguns pactos de não agressão, tanto de um lado como de outro, mas não alianças. Por isso, não há um projeto nacional”

implantação legal do neoliberalismo no Brasil, feita para travar o investimento público em infraestrutura, especialmente no saneamento, e não social.

IHU On-Line - Que papel os fundos de pensão, as estatais e o BNDES exercem na reorganização do capitalismo brasileiro?

Bernardo Kucinski - Os fundos são a fonte do financiamento de longo prazo na economia, sem o qual não há investimento pesado, sobretudo em infraestrutura. Também, em outros países, os grandes fundos se tornaram protagonistas importantes no mercado financeiro. No Brasil, a intermediação desses recursos é feita pelos bancos oficiais, especialmente BNDES e Banco do Brasil. A banca privada aqui é muito ligada ao financiamento da exportação e mercado de câmbio, mas

pouco vinculada à produção. Realimenta-se do próprio mercado financeiro, especialmente da rolagem da dívida pública. Na crise, a banca privada debandou. Foram o BNDES, o Banco do Brasil, a CEF e o Bando do Nordeste que sustentaram a liquidez e expandiram o crédito; por isso, o BNDES é visto como um Leviatã e, de fato, tem condições de induzir a formação de megagrupos e coordenar setores da indústria.

A atuação dos fundos depende fortemente do governo do dia. Foram os fundos, no governo FHC, que financiaram as gigantescas transferências de patrimônio público para o capital estrangeiro e alguns grupos privados nacionais. No governo Lula, a ênfase se voltou à indução de formação de grandes grupos econômicos nacionais, em condições de competir no mundo globalizado da megafusões. Mas como decisões pontuais, algumas delas, são emergenciais. Além disso, não são transparentes e estão descoladas de um projeto nacional de desenvolvimento. Em escala bem menor, o BNDES tenta formular políticas de fomento e sustentação de cadeias produtivas em setoriais, ameaçadas pela globalização.

IHU On-Line - Quais os aspectos positivos e negativos da atuação do Estado enquanto financiador de potências nacionais com atuação internacional? Quem se beneficia com tal procedimento e como isso reflete na sociedade brasileira?

Bernardo Kucinski - Não há alternativa. Ou isso é feito ou a empresa sucumbe no mercado global das megafusões. Nesse sentido, não cabe discutir quem ganha ou quem perde, e sim a forma como isso é feito e porque é feito em alguns casos (agronegócios, por exemplo) e não em outros (indústria farmacêutica, supermercados).

Dito isso, os aspectos positivos são a recuperação, embora indireta, de um sentido de projeto nacional e de identidade nacional, além, é claro, dos dividendos materiais, tecnológicos e cambiais. Os aspectos negativos são a criação de poderosos focos de pressão do interesse privado sobre o aparelho de Estado, sobre o Congresso e sobre a mídia, menor proteção ao consumidor, fragilização da concorrência, serviços piores e mais ca-

ros, menos empregos e menor poder de barganha dos sindicatos.

IHU On-Line - Os bancos lucraram mais do que esperado no último ano. Na sua visão, o Estado deveria exercer uma postura mais reguladora no sistema financeiro?

Bernardo Kucinski - Na minha visão, utópica, todo o sistema bancário macro deveria ser Estatal, mantendo-se uma rede privada de bancos e instituições financeiras de pequeno porte para funções de capilaridade financeira. Também as empresas de cartões de crédito deveriam ser estatizadas. Não tem sentido pagar hoje uma porcentagem por cada transação da moeda, já que o cartão virou a moeda e é função do Estado promovê-la. Sendo impossível a estatização que eu desejaria, deveria se partir para uma profunda investida no setor bancário, para reduzir suas tarifas, exorbitantes, coibir seus abusos, limitar seus riscos e suas apostas na especulação. Os bancos privados deveriam ser fiscalizados como um serviço público, concedido pelo Estado.

IHU On-Line - Especula-se hoje, no país, a criação do projeto Ômega, que visa transformar o Brasil num centro financeiro da América Latina. O projeto faz parte da reorganização do capitalismo brasileiro?

Bernardo Kucinski - Não conhecia esse projeto. Fui me informar e fiquei sabendo que entre os seus formuladores está o ex-presidente do Banco Central do governo de FHC, Armínio Fraga. Deve ser o velho sonho dos especuladores, da desregulação total do mercado financeiro. Trata-se de um projeto inoportuno, até provocador, quando o mundo discute justamente o oposto, ou seja, reconstruir normas e impor limites à especulação financeira.

IHU On-Line - Qual é o papel que o PAC desempenha na reorganização do capitalismo brasileiro? Ele vai na contramão da crise ecológica?

Bernardo Kucinski - O PAC é uma tentativa de transpor os empecilhos ao investimento público, criados pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Não vai na contramão da crise ecológica. Os am-

“A crise do mensalão foi a repetição, não como farsa, mas talvez como caricatura, do mesmo choque entre poder econômico e Estado que levou Getulio à morte”

bientistas brasileiros, especialmente os ongueiros, é que vão na contramão da proteção ambiental ao se opõem à construção de estradas, portos, hidroelétricas e canais de irrigação e transposição de águas, sem as quais não há sociedade moderna e nem a possibilidade da ação fiscalizadora do Estado chegar ao coração da florestas e de criar uma economia sustentável na Amazônia. Uma das maiores contradições desse tipo de ambientalismo é a condenação da energia limpa e barata gerada pelas hidroelétricas quando —objetivamente— a alternativa é a termelétrica, esta sim, das mais caras e poluentes. As hidroelétricas, além disso, regulam a vazão das águas, reduzindo a frequência e as severidades das enchentes e das secas, garantem o abastecimento de água, criam reservas turísticas, de lazer, de pesca e de navegação. Esses ambientalistas que combatem hidroelétricas deveriam ser levados pelo governo a visitar Itaipu, uma das maravilhas da engenharia brasileira. Eu amo as hidroelétricas bem construídas.

IHU On-Line - Assiste-se, nesse processo de reorganização do capitalismo, uma reconfiguração de classes ou frações de classe? Que classes surgem?

Bernardo Kucinski - Se o processo de reconfiguração de classes ou frações de classe existe, não está muito claro, o que talvez indique que nada de muito substancial está ocorrendo. A grande configuração aconteceu no governo FHC, quando surgiram os “novos-ricos” da privatização e ao mesmo tempo foi dizimada a poderosa tecnocracia estatal especializada em energia, comunicações e logística em geral - a maior parte dela

cooptada pelo capital privado durante as privatizações através de salários cinco vezes maiores -, como que se perderam vários centros e núcleos importantes de planejamento estratégico e criação tecnológica do Estado.

Os barões da mídia continuam os mesmos, e os barões do campo também, embora paradoxalmente mais fortes e mais fracos. Mais fortes pelo poder econômico aumentado do agromercado; mais fracos pela entrada agressiva do capital estrangeiro no setor, fenômeno semelhante ao acontecido com os barões bancários.

O fato de grandes contingentes das classes D e E evoluírem para a faixa de consumo C poderá significar uma mudança no peso e na mentalidade da classe média baixa, que se tornaria menos manobrável pelo populismo e mais crítica e exigente. Por isso, está equivocado o André Singer² quando diz que a base de Lula mudou, passando ele a ser apoiado por um “subproletariado”, que deixou de ser o que era, invalidando o argumento, especialmente sua conotação depreciativa.

Movimentos sociais enfrentam conjuntura duplamente desfavorável

Já os trabalhadores organizados, sindicatos e centrais sindicais, embora mais ativos, soltos e menos hostilizados pelo Estado, ao contrário, por ele apoiados, enfrentam a conjuntura mundial duplamente desfavorável: o toyotismo, nova forma de relação capital-trabalho que implica no descarte do trabalho e na precarização do emprego, e a “síndrome da China”, que coloca um limite severo aos ganhos salariais no Brasil. Por isso, está errada a tese do meu amigo Chico de Oliveira³

² André Vítor Singer: jornalista e cientista político brasileiro. Foi porta-voz da Presidência da República. Filho do economista Paul Singer, é professor do departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Confira as Notícias do Dia do IHU: *Raízes sociais e ideológicas do lulismo. A análise de André Singer*, disponível em <http://migre.me/qkIP> e *PT terá que se reposicionar diante do lulismo, afirma André Singer*, disponível em <http://migre.me/qkmC>. (Nota da IHU On-Line)

³ Confira nesta edição uma entrevista especial concedida por Francisco de Oliveira: *Classe trabalhadora perde força com a centralização de capitais*. (Nota da IHU On-Line)

de que se formou no governo Lula um poder sindical. É impossível hoje, com o toyotismo e o desemprego estrutural, com o predomínio dos serviços e da indústria de bens simbólicos, haver um poder sindical. Os sindicatos têm que se ater a estratégias defensivas e de sobrevivência, especialmente através da legislação já conquistada. Nesse sentido, o governo Lula foi muito mais uma tábua de salvação do sindicalismo, que certamente será destruído se tivermos pela frente, por exemplo, uns dez anos de tucanato no poder.

IHU On-Line - Como os movimentos sociais devem atuar nessa nova configuração?

Bernardo Kucinski - Que movimentos sociais? O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o mais importante deles, está perdido entre demandas utópicas (contra o agronegócio), retrógradas (contra sementes geneticamente modificadas), e o anacronismo de sua reivindicação principal (reforma agrária). Ou o MST reinventa o conceito de reforma agrária e, com isso, se reinventa, ou vai desaparecer. Acho que foi o que tentaram com a Via Campesina ao atribuir à pequena propriedade uma função mais social de agentes da preservação ambiental e também dar um sentido mais social à produção agrícola. Mas fizeram isso sem abandonar as bandeiras anteriores. Além disso, as condições do Brasil não são nem um pouco iguais às da Europa, onde uma fortaleza de subsídios agrícolas protege a agricultura de pequenas propriedades, aliás, configurando uma base social conservadora ao extremo. Sem rumo, o MST resvalou para táticas de comunicação e mobilização mais agressivas, que se voltaram contra eles mesmos. Ao invadir para chamar atenção e criar mídia, o MST acabou sendo pautado pela própria mídia, como bem observou tempos atrás Renato Rovai. Agora estão à mercê de uma CPI.

Movimentos feministas

Os movimentos feministas, embora contando com apoio do governo Lula, enfrentam a resistência da Igreja

Católica que agora atua com grande agressividade.

O mundo das mulheres já está lá na frente, em pleno século XXI, mas nossas leis e formalismos continuam prisioneiras de uma instituição conservadora e autoritária, que insiste em impor os preceitos de seu credo ao conjunto da população. Nesse campo, há muita luta pela frente, coisa pesada.

Conquistas e derrotas dos movimentos sociais

Quilombolas e movimento negro tiveram grande acolhida no governo Lula, que respondeu com políticas públicas concretas, abrangentes e avançadas e sem precedentes em nossa história - às quais a sociedade conservadora ainda resiste. Entre elas, o Luz para todos, o ProUni e a demarcação dos quilombos. A eles cabe capitalizar os ganhos e dar um salto de qualidade nas reivindicações, mais culturais, mais políticas e menos materiais.

Os movimentos dos sem-teto estão recebendo agora os frutos de sua atuação como a nova política habitacional de Lula, de igual importância, uma das únicas que forçou autoridades estaduais e municipais a também se mexerem.

Os movimentos de saúde, tradicionalmente os mais consequentes, e que já são quase parte do aparelho de Estado, não conseguiram impedir o fim da CPMF, o que foi uma grande derrota, considerando as novas e mais complexas demandas da saúde pública.

Os movimentos pela democratização do mercado de comunicação deram um notável salto de qualidade organizacional no governo Lula, embora tardiamente, e ainda prisioneiros de uma linguagem ultrapassada.

Em resumo, discordo da tese da "cooptação" ou desmobilização dos movimentos sociais por Lula. É uma afirmação desprovida de substância. A relação é dialética: o próprio governo Lula é um resultado dos movimentos sociais, daí sua permeabilidade a eles. Daí os saltos conseguidos em tantas áreas e as novas políticas públicas. Cabe aos movimentos sociais darem

saltos à altura dos dados por Lula nas políticas públicas. Definir novos objetivos, reinventarem-se. Lutarem, por exemplo, pela consolidação das novas políticas públicas, de modo a torná-las irreversíveis.

IHU On-Line - A partir do atual nacional-desenvolvimentismo é possível pensar em um projeto de nação sólido?

Bernardo Kucinski - Não há nacional-desenvolvimentismo, exceto em aspectos pontuais e defensivos. Ao contrário, em alguns setores fundamentais, como o mercado de câmbio, posse da terra e setores varejistas e de serviços geradores de lucro sem que gerem exportação, a relação de dependência se aprofundou. A dinâmica e as regras do jogo ainda são as ditadas pelo grande capital. E, o que é pior, um capital hoje anônimo, sem pátria e sem marca, sem afetos e vínculos permanentes com culturas produtivas, um capital de planilha, buscando sempre o lucro maior, o aproveitamento de oportunidades repentinas. Um capital que vende e compra empresas o tempo todo de modo impessoal e não vinculado a nenhum projeto nacional.

IHU On-Line - Vislumbra alguma mudança na condução da política econômica brasileira a partir do resultado das eleições deste ano? Dilma, Serra ou até mesmo Marina podem sinalizar uma mudança na atuação do Estado?

Bernardo Kucinski - É possível uma mudança para melhor se todas as ações pontuais na economia e no social do governo Lula ganharem com Dilma uma formulação teórica consistente e mais intelectual, mais ambiciosa em termos de inovação e transformação.

Creio que as mudanças ocorridas no governo Lula, especialmente a ascensão das classes D e E, e o salto no número de jovens em universidades, tudo isso turbinado pela impressionante revolução tecnológica atual, criaram as bases para que se realize uma espécie de "sonho brasileiro". Um sonho da nossa sociedade de se tornar mais culta e educada, suas metrópoles mais limpas e seguras,

suas políticas públicas mais éticas e mais justas para todos. Sua justiça mais justa e sua polícia mais moderna. Seria necessariamente um projeto contra-hegemônico internamente, frente à resistência das oligarquias e em âmbito mundial. Por isso, quebraria muito pau. Mas não sei se a Dilma tem essa mesma percepção.

Com a Marina não se deve esperar nada, exceto mais equívocos e desvios do principal. Ela traria benefícios indiretos à nossa vida política se definisse mais claramente suas propostas e quem são os que a elas se opõe, portanto seus adversários, mas nem isso ela faz.

Com Serra, acredito que haveria mudanças profundas, para pior, a exemplo do que ocorre hoje no Estado de São Paulo nas esferas da educação, saúde pública, e assistência social. Ele reúne os atributos de ser um general que não se importa com as baixas de uma batalha, atua com sangue-frio, calculista, e crente absoluto nas virtudes da iniciativa privada, em comparação com a gestão estatal. Com Serra, o neoliberalismo voltará com muita força. A única dúvida é sobre suas relações com o capital financeiro, que poderão ser menos passivas e tolerantes do que as de Lula, e as matizes eventualmente modernizantes do seu governo, no sentido de dar mais eficácia à máquina nos campos da educação, tecnologia, meio ambiente, administração pública. Se elas existirem, terão forte coloração neoliberal. Tudo terceirizado. Tudo privatizado.

LEIA MAIS...

>> Bernardo Kucinski já concedeu outras entrevistas à IHU On-Line. Confira na página eletrônica (www.ihu.unisinos.br/ihu).

• *Os impactos da crise financeira na América Latina. Desafios e possibilidades.* Entrevista publicada nas *Notícias do Dia*, em 05-05-2009 e disponível no link <http://migre.me/qksB>.

• *O jornalismo estrito senso se diluiu. As grandes transformações da mídia.* Entrevista publicada nas *Notícias do Dia*, em 13-04-2008 e disponível no link <http://migre.me/qkuh>.

• *'Uma política monetária e cambial totalmente inconsistente e que sangra o Estado'.* Publicada em 05-08-2007 e disponível no link <http://migre.me/qkxn>

Grupos nacionais com projeção internacional: o avanço econômico

Para o economista Waldir Quadros, os efeitos sociais positivos do crescimento econômico brasileiro estão diretamente ligados à adoção de medidas redistributivas, como o reajuste do salário mínimo e a ampliação dos programas de transferência de renda

POR PATRICIA FACHIN

“Para avançarmos na industrialização, é necessário que contemos com grupos nacionais de projeção internacional e capazes de realizar maciços investimentos, promovendo o contínuo desenvolvimento tecnológico”, defende o economista Waldir Quadros, em entrevista concedida, por e-mail, à **IHU On-Line**. Apesar de ser favorável à atual política econômica, ele lembra que existem lacunas na economia nacional. “Desde a abertura comercial sem critério e o predomínio do câmbio e juros desindustrializantes, inúmeras empresas fecharam as portas e se transformaram em distribuidoras de produtos importados ou se transferiram para outros países”.

Quadros acredita que as potencialidades brasileiras capacitam o país na busca dos resultados da terceira revolução industrial, a qual será “complementada com medidas redistributivas efetivas que alcancem a reconstrução dos serviços públicos sociais bastante degradados”.

Waldir Quadros possui graduação em Economia pela Universidade de São Paulo - USP, e mestrado e doutorado em Ciência Econômica, pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, onde, atualmente, é professor associado do Instituto de Economia. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como avançar num novo patamar econômico e social, tendo em perspectiva o atual cenário econômico, de centralização do capital?

Waldir Quadros - O crescimento da economia brasileira no período 2004-2008 pode fornecer importantes indicações a este respeito. Em primeiro lugar, ao evidenciar os efeitos benéficos do dinamismo econômico sobre a estrutura social. Até 2003, parecia que a sociedade brasileira estava, de certa forma, resignada com taxas medíocres de crescimento.

Agora, não mais. Este ciclo de taxas mais expressivas teve um importante efeito pedagógico e, sem dúvida, esta temática está na ordem do dia das análises econômicas e das perspectivas políticas. Em segundo lugar, ao também deixar suficientemente claro que os efeitos sociais positivos do crescimento são bastante potencializados com a adoção de medidas redistributivas. É o que se notou com os simultâneos reajustes reais do salário mínimo e a ampliação dos programas de transferência de renda aos miseráveis.

Com certeza, estas questões assumirão papel relevante nas eleições presidenciais deste ano. Entretanto, em nosso entendimento, também ficou claro os limites estruturais deste dinamismo social, o que nem sempre tem merecido a devida atenção. De fato, verifica-se uma importante mobilidade social nos estratos inferiores da população, notadamente entre os miseráveis e a massa trabalhadora pobre. Porém, esta ascensão mais vigorosa chega apenas até a baixa classe média remediada. Para quem já se encontrava nesta camada, e legitimamente aspira melhorar de situação, as possibilidades foram bem mais restritas, pois, na classe média, as novas oportunidades são bastante reduzidas, e, na alta, predomina a estagnação.

Acreditamos que estas limitações, em grande medida, recorrem das condições macroeconômicas desfavoráveis ao desenvolvimento industrial e tecnológico e seus rebatimentos nos serviços produtivos. Em poucas palavras, este ciclo recente de crescimento teria ocorrido de forma um tanto “espontânea”, num primeiro momento, aproveitando os estímulos favoráveis da economia mundial em relação às exportações de produtos primários. Em seguida, pela reativação do consumo interno propiciado pela elevação nos rendimentos e, sobretudo, pela explosão do crédito a taxas de juros exorbitantes. Mas, sem alterar a estrutura produtiva bastante dilapidada por tantos anos de neoliberalismo.

Ou seja, crescemos apesar da nossa política econômica estagnacionista, particularmente no que se refere ao câmbio que beneficia as importações, e aos juros que punem o investimento produtivo. O que se completa com os fortes atrativos da valorização financeira desenfreada.

Nestas condições, as empresas praticam intensa rotatividade e rebaixam continuamente os salários. Aumentam as exigências de qualificação e engajamento e reduzem os salários. Este procedimento se generaliza no meio empresarial. As empresas em dificuldades diante das condições adversas adotam esta prática por razões defensivas, e as que estão em melhores condições

também o fazem para gerar excedentes e aplicá-los na órbita financeira.

IHU On-Line - O senhor diz que o país precisa de uma política de industrialização, que o permita crescer com mobilidade social mais expressiva. As investidas do governo em criar empresas nacionais fortes sinalizam algo nesse sentido, ou pelo contrário, isso retrai o desenvolvimento social?

Waldir Quadros - Sem dúvida, este é um passo decisivo e bastante oportuno. Para avançarmos na industrialização, é necessário que contemos com grupos nacionais de projeção internacional e capazes de realizar maciços investimentos, promovendo o contínuo desenvolvimento tecnológico.

Entretanto, existem outras lacunas igualmente fundamentais que não estão sendo cuidadas. Refiro-me às sérias perdas nas cadeias produtivas provocadas pelas já referidas condições macroeconômicas adversas. De fato, desde a abertura comercial sem critério e o domínio do câmbio e juros desindustrializantes, inúmeras empresas fecharam as portas e se transformaram em distribuidoras de produtos importados ou se transferiram para outros países.

E esta atrofia da indústria se irradiava de maneira extremamente negativa aos serviços de apoio à produção, sendo que ambos geram empregos, em geral, melhor remunerados que o comércio e os serviços pessoais.

IHU On-Line - É possível vislumbrar uma evolução da estrutura social numa fase em que a base econômica é fomentada por instituições nacionais portadoras de muito capital e competitivas no cenário internacional?

Waldir Quadros - Imagino que sim, e basta olhar para a nossa própria experiência histórica. De fato, de 1930 a 1980 - e notadamente desde o pós 2ª Guerra -, o Brasil cresceu a taxas muito expressivas a partir do esforço de industrialização pesada comandada pelo Estado. E a mobilidade social foi extremamente dinâmica, gerando uma respeitável classe média urbana e um operariado moderno, em que pesem o aumento da desigualdade social e da concentração de renda.

As potencialidades que o Brasil detém na atualidade nos capacita a retomar este caminho em direção aos resultados da terceira revolução industrial, agora o complementando com medidas redistributivas efetivas que alcancem a reconstrução dos serviços públicos sociais bastante degradados.

Nestas condições de desenvolvimento industrial e dos serviços produtivos e de avanço nos serviços públicos sociais, com certeza assistiremos à ampliação da média e alta classe média, abrindo caminho para a ascensão social mais efetiva das camadas inferiores e para a melhoria das condições de vida do conjunto da população.

IHU On-Line - O senhor defende a ideia de que, sem o crescimento da economia, não é possível promover avanços sociais significativos. No que se refere aos investimentos do PAC, por exemplo, percebe-se uma dualidade? O crescimento da economia, sem levar em conta questões ambientais e habitacionais, gera ainda mais desigualdades e vulnerabilidade?

Waldir Quadros - Corretamente, o PAC procura superar os graves estrangulamentos da infraestrutura nacional. Em boa medida, suas limitações decorrem, fundamentalmente, do desaparecimento do Estado, que foi profundamente desarticulado desde o Governo Collor e só recentemente começou a ser recomposto. Mas, sem dúvida, ainda se faz necessária uma ampla reforma administrativa que assegure a competência e eficiência estatal em níveis comparáveis aos países desenvolvidos.

A própria área ambiental se resente deste desaparecimento. De um modo geral, sem recursos suficientes para avaliar adequadamente os impactos e, sobretudo, de monitorá-los em tempo real com poder para interferir com agilidade e efetividade, a tendência é de não aprovar os projetos. Ou seja, apenas prevalece a prudência ambiental, deixando o desenvolvimento sustentável em segundo plano. E esta cultura acaba por impregnar profundamente amplos setores do ministério público.

Agora, é crucial perceber que te-

mos as melhores condições para crescermos em harmonia com o meio ambiente, desde que contemos com adequadas condições de planejamento e execução para efetivar nossas potencialidades, aprimorando nossa tradição de comando e controle pelo estado e incorporando a mais ampla participação da sociedade.

Por fim, não devemos focar nossas atenções apenas na preservação dos recursos naturais “selvagens”, descuidando da realidade urbana. Neste âmbito, entre tantas urgências, é crucial que nos livremos rapidamente do pernicioso predomínio dos automóveis no transporte de massa, que já tornou impraticável a vida civilizada nas cidades brasileiras. E não apenas nas metrópoles.

IHU On-Line - Que conjuntura econômica o senhor vislumbra para 2010? De que maneira ela irá refletir na estrutura social do país?

Waldir Quadros - Formou-se um relativo consenso entre os analistas de que, não ocorrendo algum abalo mais sério na economia mundial, nosso desempenho em 2010 será comparável ao vigente no período anterior à crise de fins de 2008.

Assim sendo, é de se esperar que os retrocessos sociais porventura ocorridos em 2009 (e que só poderão ser mensurados com a divulgação da PNAD de 2009, por volta de outubro) sejam superados ao longo de 2010.

Entretanto, implicações mais profundas e duradouras podem advir da próxima eleição presidencial. Caso ela resulte na escolha de um(a) estadista que encaminhe a economia nacional nos rumos do desenvolvimento esboçados nas perguntas anteriores, poderemos construir uma sociedade próspera, mais justa, menos desigual e ambientalmente sustentável num prazo não muito longo. Não é sempre que uma sociedade se defronta com tais possibilidades históricas.

ACESSE OUTRAS EDIÇÕES DA IHU ON-LINE.



LEIA MAIS...

>> Quadros concedeu a entrevista *A classe média aponta para o forte predomínio do individualismo e do consumismo*. Publicada na edição número 270, *Uma nova classe média brasileira?*, de 25-8-2008. Disponível no link http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=1251.

ELAS ESTÃO DISPONÍVEIS NA PÁGINA ELETRÔNICA WWW.IHU.UNISINOS.BR



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

B.

Destques da Semana

Livro da Semana

Weyermüller, André Rafael. *Direito ambiental e aquecimento global* (São Paulo: Atlas, 2010).

O aquecimento global na mira do Direito Ambiental

André Weyermüller reconhece que, em relação ao aquecimento global, o Direito Ambiental ainda tem um longo caminho para evoluir através de normas jurídicas e principalmente mecanismos adaptados à nova realidade que enfrentamos, uma realidade que indica um futuro incerto, repleto de riscos relacionados às decisões que tomamos hoje, sejam elas jurídicas ou não

POR GRAZIELA WOLFART

Para o autor do livro recentemente lançado *Direito ambiental e aquecimento global*, André Weyermüller, o Direito não tem como enfrentar a questão do aquecimento global apenas com seus instrumentos tradicionais voltados, na sua maioria, para a reparação de danos. “Faz-se necessário buscar soluções que passem pelo Direito, mas que consigam alcançar um mínimo de conciliação entre as exigências do desenvolvimento e as limitações do meio ambiente”. Na entrevista que segue, concedida à **IHU On-Line** por e-mail, o professor e advogado adianta aspectos da obra e defende que “o mundo ideal teria como premissa básica o cuidado e a preocupação séria com o futuro. Não vivemos, porém, num mundo ideal e temos que nos conscientizar que criamos intrincadas ligações entre economia, direito e política que não podem ser desfeitas facilmente, pelo contrário”.

André Rafael Weyermüller, advogado, é professor de Direito Ambiental e coordenador da especialização em Direito Ambiental na Unisinos. Pesquisador dos grupos de pesquisa Teoria do Direito e Jusnato, que investiga os reflexos que as pesquisas nanotecnológicas provocarão na sociedade, Weyermüller desenvolve tese de doutorado na temática ambiental. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como o aquecimento global é visto pelo direito ambiental?

André Rafael Weyermüller - O direito ambiental se ocupa de múltiplas temáticas relevantes, sejam elas locais ou de abrangência maior, como o aquecimento global. Os instrumentos que o Direito dispõe para enfrentar essas demandas não são ideais. Assim, uma ação ambientalmente relevante pelo sistema do Direito enfrenta limitações e dificuldades que ficam cada vez mais complexas na medida em que a amplitude do problema é mais extensa. Como o aquecimento global não respeita fronteiras, tampouco as normas jurídicas dos Estados, reveste-se de especial complexidade devido aos múltiplos fa-

tores que podem influenciar a tomada de decisões, visando seu enfrentamento. O Protocolo de Kyoto, por exemplo, representa um conjunto de decisões e iniciativas às quais os países se comprometem a alcançar um objetivo comum que depende também de acertos e adaptações nos ordenamentos jurídicos nacionais para colocar em prática esses compromissos. Especificamente, em relação ao aquecimento global, o Direito Ambiental ainda tem um longo caminho para evoluir através de normas jurídicas e, principalmente, mecanismos adaptados à nova realidade que enfrentamos, uma realidade que indica um futuro incerto repleto de riscos relacionados às decisões que tomamos hoje, sejam elas jurídicas ou não.

IHU On-Line - Quais os caminhos para um possível enfrentamento do problema do aquecimento global pelo Direito?

André Rafael Weyermüller - Entendo que temos alguns caminhos para seguir, mas a questão central é justamente criar novos caminhos, novas alternativas que não se resumem a normas jurídicas. Certamente que carecemos ainda de importantes regulamentações, como no que se refere à natureza jurídica dos créditos de carbono, limitação de emissões e incentivos fiscais, por exemplo. Precisamos, sim, de normas que estabeleçam limites e parâmetros mais objetivos. Porém, a complexidade do problema exige respostas mais abrangentes e adaptadas

à realidade. O Direito não tem como enfrentar a questão apenas com seus instrumentos tradicionais voltados, na sua maioria, para a reparação de danos. Faz-se necessário buscar soluções que passem pelo Direito, mas que consigam alcançar um mínimo de conciliação entre as exigências do desenvolvimento e as limitações do meio ambiente. O mundo ideal teria como premissa básica o cuidado e a preocupação séria com o futuro. Não vivemos, porém, num mundo ideal e temos que nos conscientizar que criamos intrincadas ligações entre economia, direito e política que não podem ser desfeitas facilmente, pelo contrário.

IHU On-Line - Como o senhor define o contexto no qual se insere o aquecimento global?

André Rafael Weyermüller - Defino esse contexto como sendo de alto risco futuro. Vivemos uma Sociedade de Risco, conforme descreve Ulrich Beck¹. Fatores econômicos estão intimamente ligados com possíveis situações futuras de danos provocados pelo clima. Modificar certas lógicas e práticas é algo que terá um custo altíssimo que praticamente ninguém está disposto a pagar. A globalização reforça esse contexto de riscos futuros na medida em que representa, por um lado, importantes facilidades e melhorias nas condições de vida para uma parte da população mundial e, por outro, representa a pulverização de problemas por todo o planeta, podendo afetar qualquer um em qualquer lugar com intensidade imprevisível.

IHU On-Line - O que caracteriza a chamada Sociedade de Risco?

André Rafael Weyermüller - A sociedade industrial de outrora podia delimitar e controlar os efeitos negativos

¹ Ulrich Beck: sociólogo alemão da Universidade de Munique. Autor de *A sociedade do risco*. Argumenta que a sociedade industrial criou muitos novos perigos de risco desconhecidos em épocas anteriores. Os riscos associados ao aquecimento global são um exemplo. Confira na edição 181 da revista IHU On-Line, de 22-05-2006, intitulada *Sociedade do risco. O medo na contemporaneidade*, a entrevista *Incertezas fabricadas*, concedida por Beck com exclusividade. O material está disponível para download em <http://www.unisinos.br/ihuonline/uploads/edicoes/1158345309.26pdf.pdf>. (Nota da IHU On-Line)

produzidos com o processo de desenvolvimento. Hoje, porém, vivemos inseridos numa sociedade caracterizada pela incerteza em relação ao futuro e pela possibilidade de destruição da vida, seja por meio de armas nucleares, seja pela intervenção negativa sobre o meio ambiente. Os riscos estão ligados às nossas decisões em relação ao futuro e aos perigos que sempre existiram e que agora são potencializados por nossa intervenção direta sobre o meio ambiente, a exemplo do fenômeno do aquecimento global.

IHU On-Line - Em que medida os créditos de carbono podem ser apontados como uma forma de estabelecer uma comunicação mais efetiva entre Direito e Economia em benefício do meio ambiente?

André Rafael Weyermüller - Defendo, no livro, essa possibilidade a qual tentarei sintetizar. Numa perspectiva sistêmica de Niklas Luhmann², tem-se que as racionalidades dos sistemas sociais como o Direito e a Economia são distintas, pois suas lógicas são diversas. Reduzindo isso a um código binário, o sistema do Direito funcionaria dentro de uma lógica legal/ilegal, enquanto que a Economia teria um código baseado em lucro/não-lucro. Qualquer influência do Direito sobre a Economia tem, em termos sistêmicos, um resultado imprevisível. Uma multa aplicada ou uma restrição a determinada atividade repercute negativamente dentro da lógica econômica. Existe assim, um problema comunicativo entre os sistemas que precisa ser, de alguma forma, superado. Essa superação pode ocorrer através de elementos que conciliem essas duas lógicas distintas. Conforme explico no livro, os créditos de carbono representam um exemplo concreto onde essa mecânica se aplica. Não defendo que esse sistema de

² Niklas Luhmann (1927-1998): sociólogo alemão. Em língua portuguesa, foram publicadas as suas seguintes obras: *Legitimação pelo procedimento* (Brasília: Ed. Univ. de Brasília, 1980); *Sociologia do Direito* (Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985); *A Improbabilidade da Comunicação* (Lisboa: Vega, 1992). Em 15-03-2005, no evento *Abrindo o Livro*, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos - IHU, o Prof. Dr. Leonel Severo Rocha, da Unisinos, apresentou *El derecho de la sociedad*, obra de Niklas Luhmann. (Nota da IHU On-Line)

compensação de emissões seja a solução para o problema do aquecimento global, tampouco para o problema comunicativo entre os sistemas, porém, a ideia central funciona dentro de uma lógica de adaptação das necessidades ambientais com os interesses econômicos. Acreditar que a economia vai se adaptar sem nenhum tipo de incentivo me parece indicativo de certa ingenuidade. Não se trata de submissão à economia, mas sim uma adaptação realista.

IHU On-Line - Quais os principais conceitos e mecanismos do Direito Ambiental?

André Rafael Weyermüller - O Direito Ambiental é um ramo novo do Direito e tem certas particularidades que o tornam, como um todo, instrumento necessário para viabilizar uma ação mais protetiva do meio ambiente em face das exigências materiais que o mercado faz em prejuízo do bem jurídico, objeto da proteção. Não só o mercado, mas as necessidades materiais de sobrevivência da população mundial, que cada vez mais precisará de água, terras cultiváveis, energia e espaço para ocupação. Procuo expor, no livro, alguns dos conceitos e mecanismos, como as responsabilidades ambientais, os princípios, o licenciamento, entre outros. Basicamente, as leis, os princípios e as resoluções do Conama formam a base desses instrumentos de tutela jurídica. Analiso também, e com mais ênfase, mecanismos mais específicos, como os créditos de carbono.

IHU On-Line - Quais os principais desafios hoje na área do direito ambiental? É uma área em constante expansão?

André Rafael Weyermüller - O sistema do Direito enfrenta importantes desafios nas mais diversas áreas. O Direito Ambiental enfrenta seus próprios desafios centrados, sobretudo, nos diversos interesses que mostram sua força a todo o momento. É muito difícil conciliar esses interesses sem inviabilizar certas atividades econômicas ou abrir mão de um ambiente preservado conforme estabelece a Constituição. Cer-

tamente a preocupação com o tema nos últimos anos aumentou muito o número de demandas judiciais e procedimentos administrativos em diversos órgãos ambientais. Isso representa uma expansão muito forte da área, que exige cada vez mais profissionais habilitados e preparados para operar os instrumentos e mecanismos disponíveis.

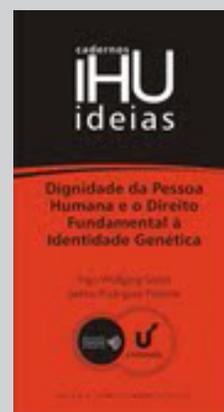
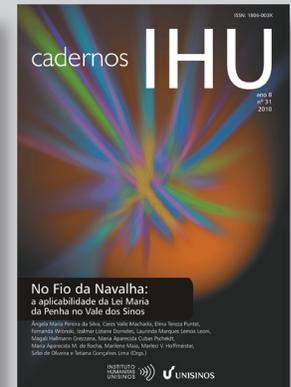
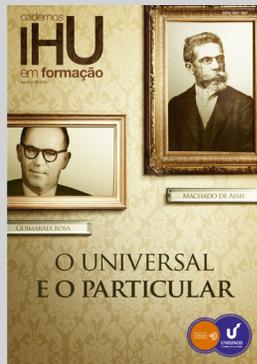
IHU On-Line - O que podemos entender pelo princípio da precaução? Como ele pode ser implantado? O Protocolo de Kyoto pode ser citado como exemplo aqui?

André Rafael Weyermüller - Os princípios de Direito Ambiental são uma importante fonte norteadora para a aplicação de normas jurídicas ambientais, bem como para a programação do futuro, uma preocupação que deveria ser levada a sério. Faço, no livro, algumas considerações sobre os princípios ambientais e concentro a análise no princípio da precaução o qual é o mais relevante entre todos, uma vez que se trata de um princípio que tem, em sua essência, a noção de antecipação, de cuidado e de planejamento do futuro, que sempre foi incerto, mas que, em nossos tempos, é especialmente imprevisível, devido ao avanço tecnológico, o aumento populacional e a acumulação de décadas de descaso e utilização irresponsável dos recursos naturais. Defendo que essa essência do princípio pode ser reconhecida no Protocolo de Kyoto. Mesmo não estando isento de críticas, esse Protocolo representa uma iniciativa positiva que, através dos créditos de carbono, busca fomentar o desenvolvimento de alternativas capazes de modificar o modelo de desenvolvimento, promovendo também o princípio do desenvolvimento sustentável. Utilizo como exemplo de empreendimento com essa vocação o Parque Eólico de Osório, o qual representa uma mudança importantíssima na matriz energética e de adaptação aos novos tempos.

LEIA MAIS...

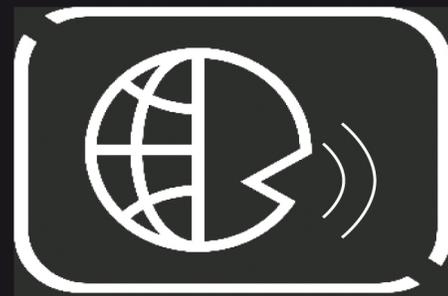
* "O Direito no período nazista: instrumento de controle e legitimação ideológica". Entrevista com André Rafael Weyermüller, publicada na IHU On-Line número 265, de 21-07-2008, disponível em <http://bit.ly/a5tJUR>

CONFIRA AS PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU



ELAS ESTÃO DISPONÍVEIS NA PÁGINA ELETRÔNICA

WWW.IHU.UNISINOS.BR



Mídia e política: as lições das eleições gerais moçambicanas de 2009

POR JOÃO MIGUEL*

As últimas eleições gerais em Moçambique mostraram quão cresce, cada vez mais, a importância da mediação midiática, encarando-se a mídia como uma arena privilegiada do jogo político. Quem prestou atenção nos jornais, rádios, TVs, Internet e até celular percebeu as transformações de percepção, não apenas dos políticos, ou seja, atores políticos, mas também de um grande número dos habitantes da polis, que tem acesso a esses meios.

A cada eleição que se realiza no país, fica mais visível que a política tende a tornar-se midiática, entretanto, isso tampouco significa dizer que os espaços políticos tradicionais tenham pouca relevância. Aliás, é justamente nesta arena que fica evidenciada a pujança, em termos de recursos, diferenciando o partido no poder dos restantes.

Mesmo não tendo dados sobre os gastos dos partidos políticos e das instituições de gestão do processo eleitoral, é possível prever que muito se investiu neste quesito. Existe uma compreensão de que a exposição, a visibilidade, o agendamento por parte dos meios massivos pode ser uma estratégia eficaz para granjear mentes e corações. Entretanto, sabe-se também que o desconhecimento da gramática, da lógica, dos

procedimentos da mídia pode decretar a morte de candidatos, de partidos políticos, e, da mesma forma, podem imputar a opinião desfavorável dos cidadãos.

As eleições gerais e das assembleias provinciais de 2009 mostraram algumas nuances que merecem uma reflexão. Trata-se da forma como os consumidores dos produtos midiáticos se posicionaram em relação às estratégias propagandísticas, moldados pelos departamentos de comunicação e marketing para o consumo público.

Alguns episódios precisam ser lembrados. 1) A Comissão Nacional das Eleições (CNE) chumbou parcial ou totalmente listas de candidatos, alegando não terem reunido todas as condições exigidas. Isso fez com que alguns partidos não concorressem em certos círculos eleitorais, e alguns pretendentes à presidência vissem seus intentos augurados. O fato foi polêmico e levantou muito debate no espaço público. Até mesmo o corpo diplomático, cujos países são os financiadores do orçamento do Estado, entrou no debate exigindo explicação dos motivos da exclusão. Ao se dirigir à CNE, estes (o corpo diplomático) ficaram surpreendidos quando o presidente daquele órgão chamou a mídia, num

* Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS); Professor da Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane (ECA/UEM), de Maputo, Moçambique, e na Escola Superior de Jornalismo (ESJ); e-mail: <joaomiguelmz@yahoo.com.br>.

encontro que, em princípio, poderia ter sido a portas fechadas. Havia uma intenção da CNE de influenciar a opinião pública, alertando-a da possível ingerência nos assuntos internos.

2) *Os debates da nação tiveram uma dimensão diferenciada. Debate da nação* é um programa veiculado pela STV, canal televisivo pertencente à Sociedade Independente de Comunicação (SOICO). Nesse espaço, várias temáticas de interesse do país são discutidas, e conta com um painel, geralmente composto por personalidades reconhecidas nos assuntos a serem debatidos e uma plateia que mescla diversas sensibilidades da sociedade moçambicana. Durante o período eleitoral em análise, os assuntos escolhidos estavam relacionados com o momento vivenciado. Como se pode prever, as paixões ficaram mais evidentes do que a razoabilidade do tratamento das questões. Os principais partidos da cena política, Frelimo, Renamo e MDM procuraram aproveitar esse ensejo para conquistar eleitores, através de uma autêntica encenação televisiva, descompromissado com o diálogo franco de políticas eficazes para a resolução de problemas que assolam o país.

3) *Independência editorial: uma conversa para boi dormir.* Outro aspecto que ficou visível e salientemente descaracterizado é a questão

“A cada eleição que se realiza no país, fica mais visível que a política tende a tornar-se midiática, entretanto, isso tampouco significa dizer que os espaços políticos tradicionais tenham pouca relevância. Aliás, é justamente nesta arena que fica evidenciada a pujança, em termos de recursos, diferenciando o partido no poder dos restantes”

da independência editorial, amiúde apregoada nos meandros jornalísticos. Até mesmo o senso comum, ou

seja, as pessoas que, no seu cotidiano, não prestam atenção para estes assuntos, puderam perceber que grande parte dos meios informativos se rende às artimanhas do poder. Alguns setores da mídia aproveitaram o ensejo para ganhar dinheiro que, por essas alturas, andavam à solta. Assim, nesse emaranhado de interesses, poderia se observar, por um lado, o tradicional jornalismo chapa branca, mais centrado na exaltação dos feitos dos atores da ala governistas; e, por outro lado, “o jornalismo independente” de empresas jornalísticas desvinculadas do poder político, mas centradas no ganho econômico, com recurso, por vezes, ao sensacionalismo.

O cenário vivenciado antes, durante e depois das eleições gerais de 2009 forneceu claras evidências de que a relação tricotômica mídia, política e sociedade está passando por um momento de reconfiguração e reestruturação, uma dinâmica incrementada pela crescente convivência com a mídia e os mecanismos subjacentes à sua práxis. Essa constatação permite antever que, no futuro, vai se acirrar, ainda mais, a disputa pelo protagonismo no espaço público midiático. Igualmente, vários segmentos sociais, paulatinamente, estão começando a separar o joio do trigo, a propaganda do interesse público.

**Curso de
Especialização
na Unisinos**

Estratégias e Processos em Televisão Digital

Início: 09 de abril de 2010

Coordenação: Prof. Dr. Valério Cruz Brittos e Prof. MS. Paola Madeira Nazário

Informações: Secretaria das Especializações - Ciências da Comunicação

Fone: (51) 3590-8131/ (51) 3012-1383

www.unisinos.br/educacaocontinuada

**Inscrições
abertas**

Destaques On-Line

Essa editoria veicula entrevistas que foram destaques nas **Notícias do Dia** do sítio do IHU. Apresentamos um resumo delas, que podem ser conferidas, na íntegra, na data correspondente.

Entrevistas especiais feitas pela IHU On-Line e disponíveis nas Notícias do Dia do sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br) de 16-03-2010 a 19-03-2010

Demografia e Decrescimento.

**Entrevista especial com José Eustáquio Diniz Alves
Confira nas Notícias do Dia de 16-03-2010**

O decrescimento sustentável é uma ideia cada vez mais presente nos debates sobre soluções para resolver o problema do clima e do meio ambiente, assinala o professor de Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE).

Hidroelétrica de Manso. ‘50 mil hectares de terra abaixo d’água para uma pequena geração de energia’

**Entrevista especial com Paulo Fernandes
Confira nas Notícias do Dia de 17-03-2010**

Instalada há nove anos, no município de Chapada dos Guimarães, Mato Grosso, a Hidroelétrica de Manso trouxe consigo diversos problemas para a população local. Desde sua construção, a hidroelétrica atingiu mais de mil famílias

ribeirinhas, diz o coordenador do MAB-MT, Paulo Fernandes.

Belo Monte e a viúva Porcina

**Entrevista especial com Ivan Dutra Faria
Confira nas Notícias do Dia de 18-03-2010**

“No Brasil, há algumas décadas, é possível perceber o recrudescimento dos conflitos socioambientais relacionados com a construção de usinas hidroelétricas, especialmente quando localizadas na região amazônica”, aponta Ivan Dutra Faria, consultor legislativo do Senado Federal.

Complexo do Rio Madeira: as consequências para a população e fauna aquática

**Entrevista especial com Mayron Régis
Confira nas Notícias do Dia de 19-03-2010**

O jornalista do Fórum dos Carajás, Mayron Régis, destaca como as hidroelétricas irão comprometer a biodiversidade da fauna aquática da região onde será construído o complexo hidroelétrico do Rio Madeira, em Porto Velho, Rondônia, e como isto pode afetar a população que depende do rio onde serão construídas as barragens.

**Leia as Notícias do Dia em
www.ihu.unisinos.br**

Confira as Notícias do Dia, publicadas diariamente no site do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, www.unisinos.br, algumas entrevistas realizadas no período de janeiro e fevereiro de 2010.



Os EUA e o mundo: uma história não contada
Entrevista especial com Noam Chomsky
Confira nas Notícias do Dia de 02-02-2010

O linguista, filósofo e ativista político estadunidense, Noam Chomsky, falou com exclusividade à IHU On-Line sobre a influência dos Estados Unidos em importantes eventos históricos da humanidade, como os golpes militares na América Latina e os assassinatos dos seis jesuítas em El Salvador, em 1989. Sobre esse episódio, Chomsky destaca que “o assassinato dos jesuítas essencialmente finalizou uma década em El Salvador, a qual havia iniciado com o assassinato do arcebispo Oscar Romero, praticamente pelas mesmas mãos. Nesse período, foram mortas cerca de 70 mil pessoas, geralmente pelas forças de segurança apoiadas pelos EUA”.

Chomsky também faz uma longa e crítica análise do primeiro ano do governo de Barack Obama, e não suaviza seu posicionamento. Para ele, a principal “realização” de Obama tem sido a de “pagar uma fiança colossal para salvar os bancos. Os grandes bancos agora têm lucros maiores do que tiveram no passado e pagam bônus enormes a seus gestores”. Chomsky lembra que os bancos tinham destruído o sistema financeiro, e que a medida de Obama “os livrou com dinheiro e os reconstituiu, de modo que agora são maiores do que antes”. E alerta: “a não ser que haja alguma significativa regulamentação, o que parece bastante improvável, está se estabelecendo a base para a próxima crise financeira, até pior do que a que acaba de ocorrer”.



“Estamos indo em direção a uma qualidade superior de humanidade”
Entrevista especial com Patrick Viveret
Confira nas Notícias do Dia de 07-02-2010

Em 26 de janeiro, esteve, em São Leopoldo, o filósofo francês Patrick Viveret. Ele participou do Fórum Mundial de Teologia e Libertação, realizado na Escola Superior de Teologia - EST. Na ocasião, recebeu a IHU On-Line para uma conversa exclusiva, na qual declara não acreditar que estejamos em uma situação de pós-humanismo, pois tudo ainda se reflete no plano da humanidade. E ao descrever as características desta humanidade, Viveret considera que “não somos somente prematuros físicos, mas, também, prematuros psíquicos. Somos mendicantes de amor. Nós temos sede de reconhecimento”. Para ele, “a espécie humana ameaçada não está ameaçada pelo exterior, por bárbaros exteriores, mas é ameaçada internamente, por sua própria barbárie, sua própria parte de desumanidade”. E ele tem uma proposta: “que não sejamos ‘sabedores’ somente, mas ‘sábios’. Que a humanidade, que é uma rede pensante, graças, principalmente, às tecnologias da comunicação, em uma sociedade do conhecimento, possa ser, também, muito mais: possa ser uma rede de amor”. E conclui: “A humanidade tem dificuldades de se amar nas relações inter-humanas”. Patrick Viveret é diretor de redação da revista *Transversales Science/Culture*. Participou também da mesa “Economia e Gratuidade”, debate integrante do seminário “FSM dez anos depois: desafios e propostas para um outro mundo possível”, realizado entre 25 e 29 de janeiro, em Porto Alegre.

Curso: Eucaristia - teologia, ética e economia com Prof. Dr. Cesare Giraud
Confira a programação em
www.ihu.unisinos.br



UNISINOS



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

C.

IHU em Revista

Agenda da Semana

Confira os eventos dessa semana, realizados pelo IHU.
A programação completa dos eventos pode ser conferida no sítio do IHU (www.unisinos.br/ihu).

Dia 22 a 25/3/2010
Eucaristia - implicações econômicas, éticas e políticas Prof. Dr. Cesare Girauda - Pontifício Instituto Oriental e Pontificia Universidade Gregoriana - Roma/Itália Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU
Dia 24/3/2010
Exibição do filme: Decálogo IV Prof. Dr. Laércio Pilz - UNISINOS Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU
Dia 25/3/2010
IHU Ideias: Audição comentada da Cantata Weinen, Klagen, Sorgen, Zagen, BWV12, de Johann Sebastian Bach Profa. Dra. Yara Caznok - UNESP Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU
Dia 27/3/2010
Exibição do filme: Jesus de Montreal, de Denys Arcand Maria Benedita e Arlene Klein Local: Paróquia Nossa Senhora do Rosário e São Benedito Praça do Rosário, s/n - Centro - Cuiabá, MT
Dia 29/3/2010
Exibição do filme: Decálogo V Prof. Dr. Celso Candido - UNISINOS Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU
Dia 30/3/2010
Exibição do filme: Decálogo VI Prof. Dr. Castor Bartolomé Ruiz - UNISINOS Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU
Dia 02/4/2010
Exibição do filme: Paixão de Cristo, de Mel Gibson MS João Inácio Wenzel Local: Paróquia Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, Praça do Rosário, s/n - Centro - Cuiabá, MT
Dia 05/4/2010
Exibição do filme: Decálogo VII MS Ana Maria Formoso Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU
Adam Smith: Filósofo e Economista - Adam Smith, 1723-1790 Ciclo de Estudos em EAD - Repensando os Clássicos da Economia - Edição 2010 Local: EAD
Viver com olhos abertos Espaço de espiritualidade - 5ª edição Local: EAD

Dia 06/4/2010
Exibição do filme: Decálogo VIII Prof. MS Eduardo Pereira - UNISINOS Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU
Dia 07/4/2010
Exibição do filme: Decálogo IX Jornalista MS Sonia Montaña Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU
Dia 08/4/2010
Espiritualidade via Internet: desafios e perspectivas Prof. Dr. Pedro Gilberto Gomes - UNISINOS Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU
Lançamento do Serviço Espiritual em EAD - “Abrir os olhos” (5ª edição) e “Encontro com a palavra” (2ª edição) Bel. Maria Cristina Giani - UNISINOS Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU
Dia 10 e 11/4/2010
Retiro universitário Orientadores: Maria Cristina Giani, Ana Maria Casarotti, José Roque Junges
Dia 10/4/2010
Oficina de Espiritualidade Inaciana Local: Centro Burnier Fé e Justiça, Rua Pe. Remeter, 92 - Bairro Baú, Cuiabá, MT

**A programação completa dos
eventos do IHU está disponível
no endereço eletrônico**

www.ihu.unisinos.br

Eventos

O Messias de Händel: um oratório cristológico

Ao analisar o oratório *The Messiah*, considerado a obra mais famosa do compositor alemão Georg Friedrich Händel, Ney Brasil Pereira, padre e professor de exegese, a qualifica como uma obra que brota da fé “iluminada por textos bíblicos admiráveis e admiravelmente bem escolhidos, que certamente alimenta a fé de quem tiver a graça de não apenas escutá-lo uma vez, mas aprofundá-lo”

POR GRAZIELA WOLFART

Ao citar as principais características do oratório *O Messias*, de Georg Friedrich Händel, o padre, professor e músico, Ney Brasil Pereira, o define como “um oratório cristológico, todo centrado na pessoa e no mistério do Cristo. Obra musicalmente perfeita, que continua a impressionar-nos ainda hoje, depois de quase três séculos de sua composição”. Para ele, as principais características musicais do Messias são “o perfeito equilíbrio entre orquestra, por sinal de modestas dimensões, os corais e os solos, naquele estilo barroco típico de Händel, que o diferencia, por exemplo, de Johann Sebastian Bach”. Pe. Ney também explica, na entrevista, por e-mail, à *IHU On-Line*, porque o profeta Isaías é buscado predominantemente por Händel na referida obra: “Isaías é o profeta da ‘santidade’ de Deus, isto é, da sua transcendência, que insiste no domínio divino da história humana e no fato de que Deus, através do Messias, realiza misteriosamente seus desígnios”.

Uma audição comentada do *Oratório Der Messias*, HWV 56, de Georg Friedrich Händel, será realizada no próximo dia 26 de março, na Unisinos, na sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU, das 8h30min às 12h. A atividade será conduzida pela Profa. Dra. Yara Caznok, da UNESP, e integra a programação de Páscoa do IHU 2010.

Mestre em Ciências Bíblicas pelo Pontifício Instituto Bíblico de Roma, Ney Brasil é licenciado em Teologia pela Universidade Gregoriana de Roma, e especialista em Musicologia pela Duquesne University, Pittsburgh. É capelão das Instituições Penais de Florianópolis, regente do Coral “Santa Cecília”, da Catedral Metropolitana de Florianópolis, além de membro da Pontifícia Comissão Bíblica. Confira a entrevista.

IHU On-Line - O que se pode falar do contexto teológico das referências bíblicas usadas por Händel¹ na obra *Messias*?

Ney Brasil Pereira - O que chama a atenção é a essencialidade das referências bíblicas, nada prolixas, sem

qualquer paráfrase, expressando perfeitamente os três momentos do mistério do Messias: 1) seu anúncio e sua vinda, culminando no Natal e na doçura da sua presença e ensinamento; 2) sua paixão, anunciada por João Batista e profetizada por Isaías e outras passagens do Antigo Testamento, que expressam a obstinação humana em rejeitá-lo, mas culminando no famoso Aleluia, que proclama o domínio supremo de Deus e do seu Cristo, con-

cluindo a 2ª parte; 3) sua ressurreição e triunfo, começando com a ária do Soprano que canta a certeza da vitória sobre a morte, seguindo-se vários textos do Novo Testamento, até os coros finais do “Digno é o Cordeiro” e do magnífico “Amém” conclusivo.

IHU On-Line - Como se compõe o cenário teológico-ecclesial e social em que Händel trabalhou para essa composição?

Ney Brasil Pereira - Sem ser especialista no assunto, posso dizer que Händel compôs no contexto de uma Inglaterra em ascensão política e comercial, no final da primeira metade do século XVIII (1742), uma Inglaterra anglicana, isto é, valorizadora da ênfase na Bíblia, ênfase trazida pela Reforma, e ao mesmo tempo vivendo já o clima ilustrado do iluminismo.

IHU On-Line - Quais as principais características do Messias?

Ney Brasil Pereira - É um oratório cristológico, todo centrado na pessoa e no mistério do Cristo. Obra musicalmente perfeita, que continua a impressionar-nos ainda hoje, depois de quase três séculos de sua composição. As “principais características” musicais do Messias, a meu ver, são o perfeito equilíbrio entre orquestra, por sinal de modestas dimensões, os corais e os solos, naquele estilo barroco típico de Händel, que o diferencia, por exemplo, de Johann Sebastian Bach².

IHU On-Line - Por que Händel busca predominantemente Isaías? Qual a principal riqueza teológica desse profeta?

Ney Brasil Pereira - O motivo da predominância de Isaías é o motivo que levou também o Novo Testamento a privilegiar esse profeta, cujo livro contém, de fato, os textos mais significativos sobre o mistério do Messias.

Quanto à “principal riqueza teológica

² Johann Sebastian Bach (1685-1750): músico e compositor alemão do período barroco da música erudita, além de organista notável. É considerado um dos maiores e mais influentes compositores da história da música, ainda que pouco reconhecido na época em que viveu. Muitas das suas obras refletem uma grande profundidade intelectual, uma expressão emocional impressionante. O IHU, dentro das comemorações da Páscoa 2007, ofereceu três audições comentadas sobre o compositor, sob condução da Prof^a. Dr^a. Yara Caznok, da UNESP: *A expressão musical da fé em Bach e Mozart* (audição comparada do Credo das Missas BWV 232, de Bach, e K427, de Mozart); *Oratório de Ascensão BW 11*, de Bach; e *A paixão de Cristo segundo São João - BWV 245*. No evento Páscoa IHU 2009, Caznok conduziu o IHU Ideias *Uma narrativa do mistério em Johann Sebastian Bach*, com a audição comentada de *Ich hatte viel Bekümmernis, BWV21*. E na programação deste ano, ela também fará a audição comentada da Cantata *Weinen, Klagen, Sorgen, Zagen, BWV12*, de Johann Sebastian Bach. (Nota da IHU On-Line)

desse profeta”, se fôssemos dar uma resposta para especialistas, seria complicado. De fato, o livro de Isaías não é de um único autor: o texto original, do século VIII antes de Cristo, foi crescendo, seguindo-se um “Segundo” e, ainda, um “Terceiro” Isaías, até chegarmos, no século IV antes de Cristo, aos 66 capítulos que hoje o constituem. Respondendo mais simplesmente, Isaías é o profeta da “santidade” de Deus, isto é, da sua transcendência, que insiste no domínio divino da história humana e no fato de que Deus, através do Messias, realiza misteriosamente seus designios.

IHU On-Line - Qual a importância de retomar esta obra em preparação à Páscoa? Qual o sentido atual do apelo “Consolai, consolai o meu povo”?

Ney Brasil Pereira - O Messias fica bem como preparação para a Páscoa, mas também como preparação para o Natal. A importância de retomá-lo está em dar o devido valor à excepcional riqueza bíblico-musical dessa obra. Quanto ao “Consolai”, a tradução em português poderia ser, melhor, “Confortai”. O sentido desse apelo, no início do capítulo 40 de Isaías, é o do encorajamento e estímulo a um povo oprimido (no caso, os exilados em Babilônia no século VI antes de Cristo), encorajamento e estímulo que continua a valer plenamente para nós neste turbulento início do terceiro milênio.

IHU On-Line - Qual a principal mensagem teológica que Händel passa com o Messias?

Ney Brasil Pereira - O Messias é uma obra que brota da fé, uma fé iluminada por textos bíblicos admiráveis e admiravelmente bem escolhidos, que certamente alimenta a fé de quem tiver a graça de não apenas escutá-lo uma vez, mas aprofundá-lo. A principal mensagem teológica, creio, é a resposta que essa composição dá ao próprio apelo inicial. É que o “confortai” não fica apenas ressoando no ar. O próprio Deus vem “confortar” o seu povo, a humanidade. E o faz, exatamente, através do seu Filho, o Messias.

http://twitter.com/_ihu

Um cinema humanista de primeira qualidade

Na visão do cineasta Carlos Gerbase, Kieślowski conseguiu construir uma obra verdadeiramente autoral e coerente

POR GRAZIELA WOLFART

Esta semana continua, na Unisinos, a exibição da série *Decálogo*, do diretor polonês Krzysztof Kieślowski. O terceiro filme roda hoje, segunda-feira, das 19h30min às 22h, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU. Na última edição da IHU On-Line, publicamos uma matéria especial sobre Kieślowski e o Decálogo, bem como uma entrevista com o professor Marcus Mello. E, nesta semana, entrevistamos o cineasta Carlos Gerbase sobre o diretor. Gerbase respondeu as breves perguntas que seguem, por e-mail, falando não apenas do Decálogo, mas comparando com outra obra prima de Kieślowski: a *Trilogia das Cores*. Nela, Gerbase crê que “há uma preocupação com os grandes desafios éticos do mundo contemporâneo, ao mesmo tempo em que certos valores ditos ‘universais’ são questionados e, de certa forma, resgatados”. Para ele, principalmente no filme *Branco*, Kieślowski “oferece ao espectador sua perplexidade com algumas soluções do nosso tempo. É como se ele dissesse: esse mundo parece tão sem sentido, tão absurdo, que alguém precisa encontrar, urgentemente, bases um pouco mais sólidas para aliviar a nossa angústia”. “Mas, é claro”, continua Gerbase, “ele não sabe que bases são essas. A filosofia e as religiões procuram essas bases, e talvez, por isso, o trabalho de Kieślowski possa ser classificado como filosófico e religioso”.

Carlos Gerbase é um cineasta gaúcho, integrante da Casa de Cinema de Porto Alegre. É também professor de cinema na PUCRS, escritor e músico, tendo sido membro da banda Replicantes como baterista e depois, vocalista. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Quais os principais pontos que marcam a trajetória do diretor polonês Krzysztof Kieślowski?

Carlos Gerbase - Ele é um cineasta que conseguiu construir uma obra verdadeiramente autoral e coerente, que alcançou distribuição internacional. Não são muitos os diretores do leste europeu que conseguem, em relativamente pouco tempo, um reconhecimento assim.

IHU On-Line - Como você define ou qualifica a obra *Decálogo*, projeto de dez médias-metragens?

Carlos Gerbase - Prefiro destacar apenas um filme da série: “Não matarás”. É um dos filmes mais impressionantes sobre a morte (e a culpa de quem mata) que já foram produzidos. A cena em que o motorista de táxi é assassinado dura tanto tempo, e é tão angustiante, que o espectador pode ficar nauseado. Nesses tempos de mortes espetaculares,

“É muito difícil fazer uma reflexão sobre o sentido da vida no cinema, mas Kieślowski não foge da luta”

executadas às dúzias, com sentido mais coreográfico que emocional, essa cena é um exemplo de cinema humanista de primeira qualidade.

IHU On-Line - O que caracteriza a ética do cotidiano e o sentido da vida humana na obra de Kieślowski?

Carlos Gerbase - Na *Trilogia das Cores*, creio que há uma preocupação com os grandes desafios éticos do mundo contemporâneo, ao mesmo

tempo em que certos valores ditos “universais” são questionados e, de certa forma, resgatados. A moral é sempre histórica, como já dizia Nietzsche, mas isso não resolve todos os nossos problemas de avaliação. É muito difícil fazer uma reflexão sobre o sentido da vida no cinema, mas Kieślowski não foge da luta. E me parece que, principalmente no “Branco”, ele oferece ao espectador sua perplexidade com algumas soluções do nosso tempo. É como se ele dissesse: esse mundo parece tão sem sentido, tão absurdo, que alguém precisa encontrar, urgentemente, bases um pouco mais sólidas para aliviar a nossa angústia. Mas, é claro, ele não sabe que bases são essas. A filosofia e as religiões procuram essas bases, e talvez por isso o trabalho de Kieślowski possa ser classificado como filosófico e religioso.

IHU Repórter

Artur Jacobus

POR GRAZIELA WOLFART | FOTO ARQUIVO PESSOAL

Uma pessoa metódica, sempre aberta para ouvir os outros, e que está permanentemente querendo aprender. Esse é o professor de Língua Portuguesa, Artur Jacobus, gerente acadêmico da Unidade de Graduação da Unisinos. Na edição de hoje da **IHU On-Line**, ele conta os passos mais marcantes da sua trajetória pessoal e profissional, além de confessar seu hobby e sua antiga paixão: a meteorologia. Confira.



Origens, família e infância - Sou natural de São Leopoldo. Minha mãe era professora das séries iniciais e meu pai trabalhava na indústria do calçado. Somos entre três irmãos e eu sou o do meio. Minha irmã é professora na Unisinos também, e meu irmão leciona na Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, de Novo Hamburgo. Tenho excelentes recordações da minha infância. Lia muitos livros, mas também jogava bola, futebol de salão e futebol de botão. Nós tínhamos um pequeno clube da turma da vizinhança, onde editávamos um jornal que era mimeografado na biblioteca pública e depois vendido para nossos familiares. Tinha quadrinhos e notícias gerais e da redondeza.

Formação - Entrei na escola aos três anos de idade e, com cinco, já estava na primeira série do ensino fundamental. Até a terceira série, estudei na extinta escola Santa Terrezinha, onde hoje é o Bourbon Shopping. Depois estudei no Visconde de São Leopoldo, até a oitava série. E cursei o ensino médio na Escola

Pedro Schneider, em uma época em que vários professores de lá também eram professores na Unisinos. Presentei vestibular para Comércio Exterior na Unisinos, em julho de 1980, e estudei quatro semestres. Naquele momento, percebi que meu interesse estava mais voltado para a carreira docente e decidi trocar para Letras - Português. Concluí a graduação em 1990. Em 1996, concluí o mestrado em Linguística Aplicada, na PUCRS, e atualmente faço doutorado em Administração, na Unisinos.

Trajetoária profissional - Antes de ingressar na faculdade, comecei a trabalhar em uma empresa de meteorologia, que prestava serviços para o Grupo Caldas Junior, em Porto Alegre, pois a meteorologia começou a ser uma paixão minha, já naquela época, em 1980. Trabalhei seis anos nessa área. Depois, enquanto era aluno do curso de Letras, comecei a trabalhar como professor. E, no ano de 1994, entrei na Unisinos como docente do curso de Letras. Em 1998, fui convidado a ingressar na coordenação do curso de Letras, onde fiquei

até o início de 2004, quando passei a fazer parte do projeto Sinergia da Unisinos. Encerrado o projeto, recebi o convite para trabalhar na Unidade de Graduação da universidade, assumindo a gerência acadêmica da unidade a partir de março de 2005. Este mês faço cinco anos aqui, nesta função.

Sala de aula - Já dei aulas de Língua Portuguesa, na parte de produção textual, para vários cursos, como Letras, Pedagogia e Comunicação Social. Desde 1996, fiquei responsável também pela Língua Portuguesa para o curso de Direito, onde lecionei doze anos. Isso me proporcionou uma vivência mais próxima com a área, o que me ensinou muito. O fato de ter trabalhado mais para outros cursos, que não o curso de Letras, ajudou-me a ter uma visão mais ampla da universidade, o que é fundamental para o meu ambiente atual, onde preciso enxergar o todo do ambiente acadêmico.

Família - Sou casado com a Dora, que é jornalista e bancária. Temos

uma filha de seis anos, a Helena. Além disso, tenho uma relação bastante forte com os meus irmãos. Reunimos nossas famílias aos domingos, reforçando nosso vínculo familiar.

Ser pai - A vida depois da Helena mudou muito, porque a gente passa a ser um planeta em torno de um novo sol. Todo o foco acaba sendo naquela pessoa, a quem demos a vida. É um privilégio acompanhar a formação de uma pessoa, que, a cada dia, faz algo novo, diferente. Nossa responsabilidade é de alguém quem está ciceroneando este novo ser neste planeta. O que eu aprendi sendo pai é que não adianta ser só discurso. É preciso ser exemplo.

Autor - Machado de Assis.

Livro - *Crime e castigo*, de Dostoiévsky.

Filme - *Peixe grande*, de Tim Burton.

Hobby - Tenho um hobby muito interessante e diferente, que é a meteorologia. É a minha novela. Tenho um blog sobre o clima, o Observatório do Tempo (<http://observatoriodotempo.blogspot.com>), e outro sobre assuntos gerais: o Verdades Provisórias (<http://verdades-provisorias>).

“A vida depois da Helena mudou muito, porque a gente passa a ser um planeta em torno de um novo sol. Todo o foco acaba sendo naquela pessoa, a quem demos a vida”

(blogspot.com). Também gosto de ocupar meu tempo livre com leitura e convivendo com a família.

Sonho - Conhecer mais partes do nosso planeta. Gosto de viajar, e meu grande sonho é conhecer o sol da meia-noite, seja na Noruega ou no Alasca; é um plano que eu e minha esposa temos.

Política brasileira - A gente se queixa muito da classe política brasileira, mas, conhecendo um pouco outros países, vejo que há nações com situações políticas muito piores do que as nossas, inclusive aqui perto. Nós já estivemos piores. O Brasil está conseguindo crescer como país, apesar

da sua classe política. Isso representa maturidade. E, se investirmos mais em educação, podemos mudar essa realidade. O país está bem valorizado no mundo inteiro, superando a crise econômica e diminuindo a desigualdade social, mas ainda deixa muito a desejar na parte educacional. Se avançarmos mais nisso, a parte política naturalmente também se qualifica.

Unisinos - É um local de trabalho formidável, um espaço que sempre admirei e gostei, desde quando era aluno. É uma instituição que está entre as líderes no Brasil. É inovadora, investe em pesquisa, está sempre procurando se aperfeiçoar, se qualificar, é referência para muitas instituições. A Unisinos está continuamente se movimentando para ser uma universidade à frente de seu tempo.

Instituto Humanitas Unisinos - Ter o IHU é um dos aspectos que qualifica a Unisinos. O que o IHU faz, em termos de eventos, debates e discussões, é transformado em conhecimento e compartilhado pela revista. A IHU On-Line é uma publicação de primeira linha, com matérias que eu adoraria ver nos jornais, mas não encontro. O IHU tem o papel de fazer essa discussão aberta, plural, e é um orgulho para a universidade ter esse instituto.

Audição comentada da Cantata Weinen, Klagen, Sorgen, Zagen, BWV12, de Johann Sebastian Bach

Dia 25-03-2010, com Profa. Dra. Yara Caznok, das 17h30min às 19h

Informações em www.ihu.unisinos.br

Destaques

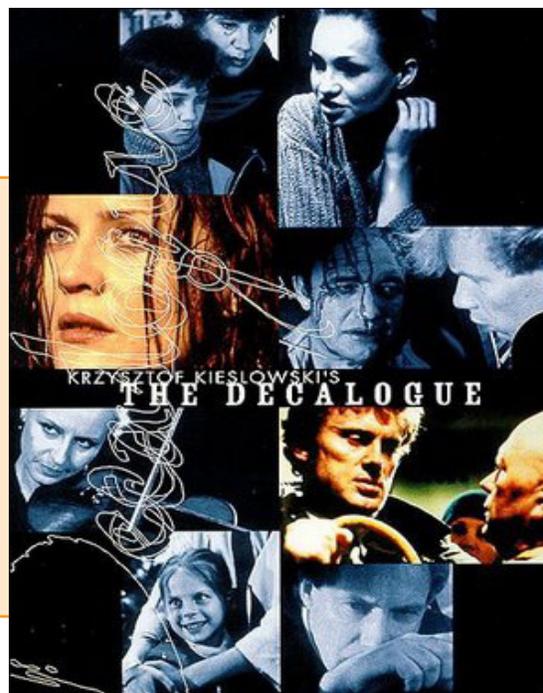


Para ouvir e comentar Bach

No próximo dia 25 de março, quinta-feira, acontece na Unisinos a audição comentada da Cantata *Weinen, Klagen, Sorgen, Zagen, BWV12*, de Johann Sebastian Bach. Sob a condução da Profa. Dra. Yara Caznok, da UNESP/SP, o evento será realizado na sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, das 17h30min às 19h, e faz parte do evento **Páscoa IHU 2010**. No sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br) está disponível a programação completa.

Mais exposições da série Decálogo

Esta semana continua, na Unisinos, a exibição da série **Decálogo**, do diretor polonês Krzysztof Kieślowski. O terceiro filme roda hoje, segunda-feira, das 19h30min às 22h, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU. Já na quarta-feira, dia 24 de março, será exibido o filme *Decálogo IV*, na mesma sala e horário. Na presente edição da **IHU On-Line**, entrevistamos o cineasta Carlos Gerbase sobre o Kieślowski. Confira.



O que o câncer faz com as pessoas?

Na edição número 127 do Cadernos IHU Ideias, intitulado *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal - Leo Tolstói - Thomas Mann - Alexander Soljenitsin - Philip Roth*, o autor Karl-Josef Kuschel, professor na Universidade de Tübingen e vice-presidente da Fundação Ética Mundial, analisa o câncer enquanto metáfora. Para isso, recorre a livros de alguns dos maiores cânones da literatura, observando como a doença é tratada em suas obras. A publicação está disponível para download em <http://bit.ly/d1xpt1>

cadernos
IHU
ideias

O que o câncer faz com as pessoas?
Reflexos na literatura universal
Leo Tolstói - Thomas Mann -
Alexander Soljenitsin - Philip Roth

Karl-Josef Kuschel

 INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

ano 8 • nº 127 • 2010 • ISSN 1679-0316

Apoio:

